



GRANDES OPÇÕES DO PLANO

2025

Nota de Apresentação

O ano de 2025 será de grande importância para a consolidação da AMAL, enquanto entidade determinante para o desenvolvimento de Região. Será um ano de novos desafios e de capacitação dos nossos quadros.

Este ano será ainda marcado pelo encerramento do Algarve 2020, que coexistirá com o início mais efetivo do Algarve 2030 e com a gestão das verbas que nos foram confiadas no âmbito do PRR. Cabe à AMAL responsabilidades acrescidas na operacionalização de novos instrumentos através da contratualização, já efetuada com a CCDR Algarve, da ITI AMAL e da futura contratualização da ITI PADRE 2. As verbas envolvidas correspondem a valores de 44 M€ do Next Generation, 155,2 M€ o ITI AMAL e 33,3 M€ do ITI Padre2, a que se pode acrescentar 4 M€ de Fundo do Fundo Ambiental no âmbito dos protocolos para a recolha Bio. Com taxas de financiamento de 100% (PRR) e de 60% (FEDER e FSE), esta responsabilidade da AMAL correspondem a um investimento total de no valor aproximado de 365 milhões de euros. Estas novas responsabilidades estão a obrigar a AMAL a adequar a sua estrutura às necessidades decorrentes de dar uma resposta de qualidade a estes desafios.

2025 será também um ano de grande importância da AMAL enquanto Autoridade Regional de Transportes. Este ano será lançada a nova concessão de transporte público rodoviário intermunicipal de passageiros, que permitirá melhorar o serviço de transportes de passageiros e corrigir algumas debilidades evidenciadas durante a atual concessão. Caber-nos-á, igualmente, gerir, na região, o Programa "Incentiva + TP" que substitui e integra o PART e o PROTRANSP nos transportes públicos. Continuaremos a promover a mobilidade e a descarbonização dos transportes. Será o ano da criação do passe único intermodal, da criação de uma plataforma de gestão do sistema e da integração das bilhéticas.

Preocupados com o longo prazo, mas a exigir atuações no curto e médio prazo, 2025 será um ano importante para a concretização de várias ações previstas no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC). Este Plano pretende dotar todos os municípios abrangidos pelo território da AMAL de estratégias de adaptação às ameaças concretas decorrentes da degradação ambiental que ameaça o planeta. O PIAAC Amal passará a integrar a componente mitigação e terá um sistema de monitorização articulado com os Planos de Ação Climática dos 16 municípios do Algarve.,

Prosseguiremos as responsabilidades na cogestão dos Parques Naturais da Ria Formosa e do Sapal de Castro Marim. Vamos reforçar o Gabinete Florestal da AMAL e renovar a operacionalização com os Gabinetes Florestais municipais. Continuaremos a participar em projetos mais alargados com incidência no domínio florestal.

Na área da Formação e Desenvolvimento Social iremos continuar a antecipar e responder às necessidades de formação dos funcionários autárquicos, agora incluindo os que foram integrados por via do processo de descentralização de competências. Temos a responsabilidade no planeamento, concertação e elaboração da rede plurianual de oferta educativa de dupla certificação. Somos os responsáveis pela concretização do Plano Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar no Algarve. Estamos na fase de concretização e dinamização das ações previstas no Plano de Desenvolvimento Social do Algarve, que continua a justificar-se.

Iremos dar um particular destaque à transição digital quer no interior da AMAL, quer junto dos municípios nossos associados. Queremos apostar nos Sistemas de informação e dotar a região de bases de dados que apoiem a tomada de decisão mais fundamentada,

Iremos acompanhar mais o Investimento produtivo no sentido de simplificar processos e reduzir custos de contexto. Procuraremos estabelecer pontes entre a investigação, a inovação e a produção. Estaremos particularmente atentos ao aproveitamento das oportunidades para a região e para os municípios dos programas que decorram da gestão direta da Comissão Europeia.

J. J. Brandão Pires

(Primeiro-Secretário da AMAL)

ÍNDICE

MOBILIDADE E TRANSPORTES	1
1. VAMUS – TRANSPORTES DO ALGARVE 2021-26	1
2. CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA O TRANSPORTE VAMUS ALÉM 2026	3
3. AUDITORIA FINANCEIRA DO CONTRATO DE CONCESSÃO VAMUS TRANSPORTES DO ALGARVE	4
4. PROGRAMA INCENTIVA + TP	5
5. PASSES GRATUITOS PARA JOVENS ESTUDANTES	7
6. REDUÇÃO TARIFÁRIA NO CONCELHO DE OLHÃO	7
7. PLATAFORMA DE GESTÃO DE REDE DE TRANSPORTES	8
8. SISTEMA DE TRANSPORTE MULTIMODAL DO ALGARVE (STM ALGARVE)	8
9. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS FLEXÍVEL (TPF)	11
10. SPTP FLUVIAL	12
11. MOBIHUB -POLOS DE MOBILIDADE VERDE E ACESSIBILIDADE DO PATRIMÓNIO CULTURAL E DOS DESTINOS TURÍSTICOS	12
12. DIVULGAÇÃO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES DO ALGARVE	13
12.1. DIVULGAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PELOS OPERADORES, SUA FISCALIZAÇÃO E MONITORIZAÇÃO	13
12.2. DIVULGAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PELA ATI	14
CENTRAL DE COMPRAS	16
13. CENTRAL DE COMPRAS	16
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	17
14. FORMAÇÃO	17
15. EDUCAÇÃO	18
15.1. REDE PLURIANUAL DA OFERTA EDUCATIVA DE DUPLA CERTIFICAÇÃO	18
15.2. PLANO INTERMUNICIPAL DE PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR DO ALGARVE - PIPSE●ALGARVE	18
16. DESENVOLVIMENTO SOCIAL	22
16.1. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ALGARVE (PDSA)	22
17. INOVA JUNTOS	24
18. PLANO INTERMUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DA AMAL (PIAAC-AMAL). PLANOS DE AÇÃO CLIMÁTICA	24
19. ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DE LOULÉ (EMAAC LOULÉ)	25
20. SUBCOMISSÃO REGIONAL DA ZONA SUL, DA COMISSÃO DE GESTÃO DE ALBUFEIRAS	25
21. GRUPO DE TRABALHO DAS ENTIDADES GESTORAS DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM BAIXA DO ALGARVE	25
22. GRUPO DE TRABALHO SOBRE O PLANO DE SALVAGUARDA DA DIETA MEDITERRÂNICA	25
23. GRUPO DE TRABALHO SOBRE A TEMÁTICA SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS “ALIMENTAR CIDADES SUSTENTÁVEIS”	25

24.	COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REGIONAL DE EFICIÊNCIA HÍDRICA DO ALGARVE	25
25.	CARTA “MISSÃO ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS”	26
26.	PRR – GESTÃO DA MEDIDA SM1 – REDUZIR PERDAS DE ÁGUA NO SETOR URBANO	26
27.	AGRO + EFICIENTE - "VALORIZAÇÃO DE RECURSOS GENÉTICOS TRADICIONAIS, NOVAS CULTURAS E GESTÃO DE ÁGUA DE REGA EM CONTEXTO DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS"	27
28.	COGESTÃO DO PARQUE NATURAL DA RIA FORMOSA (PNRF) E DA RESERVA NATURAL DO SAPAL DE CASTRO MARIM E V.R.S.A (RNSCMVRS)A)	27
29.	RECOLHABIO	28
30.	PAPERSU	28
31.	PLANO DE AÇÃO PARA A ECONOMIA CIRCULAR	28
32.	PLANO DE AÇÃO PARA DEFINIÇÃO DE SISTEMAS DE OTIMIZAÇÃO NO PROCESSO DE RECOLHA DE RESÍDUOS	29
33.	REDE REGIONAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DO ALGARVE (REDE INVESTALGARVE)	29
34.	REDE DE APOIO AO INVESTIDOR DA DIÁSPORA (RAID)	29
35.	ALGARVE MAIS DIGITAL 2.0	30
36.	PLANO NACIONAL PARA A ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA E SUSTENTÁVEL (PNAES)	30
37.	REVITALGARVE - “REVITALIZAÇÃO DE ZONAS RURAIS DO ALGARVE: RESILIÊNCIA E INOVAÇÃO NA CRIAÇÃO DE SISTEMAS ALIMENTARES TERRITORIAIS”	30
38.	ALGARVE EMPREENDE 2026	31
39.	RURALSILVERHUBS	31
40.	ALGARVE 2030 – ITI CIM	31
41.	EFHERA	32
42.	GABINETE TÉCNICO FLORESTAL INTERMUNICIPAL (GTFI)	33
43.	FIREPOCTEP +	33
44.	PROGRAMA REGIONAL DE AÇÃO DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS	34
45.	BRIDGE	34
46.	ESTUDO DE PRESCRIÇÃO DE FOGO CONTROLADO PARA O ALGARVE	34
47.	RISCO SÍSMICO - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO UNIFORMIZADA DO SISTEMA DE AVISO (SIRENES E SINALÉTICA)	35
48.	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA INTEGRADO DE VIDEOVIGILÂNCIA PARA DETECÇÃO DE INCÊNDIOS RURAIS	35
49.	MOBILIDADE ATIVA	35
50.	SMOOTY – SUSTAINABLE MOBILITY STRATEGIES IN LOW-DENSITY ÁREAS	36
51.	ARI – PROJETO CULATRA & ARMONA	36
52.	CENTRO DE COMPETÊNCIAS EM CIBERSEGURANÇA NA REGIÃO DO ALGARVE	37

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PARTILHADOS.....37

53. COMUNICAÇÃO37

54. REDE INTERMUNICIPAL DE BIBLIOTECAS DO ALGARVE- BIBAL38

55. AMAL- DIGITALIZAÇÃO E CIBERSEGURANÇA38

Departamento da Mobilidade, Finanças e Desenvolvimento Social

Mobilidade e Transportes

1. VAMUS – Transportes do Algarve 2021-26

O Serviço Público de Transporte de Passageiros, rodoviário intermunicipal e municipal delegado, «VAMUS – Transportes do Algarve», entrará em 2025 no seu 4.º ano de exploração.

Em 2026 a execução do contrato entrará no período inicial de transição para um novo contrato de exploração da rede VAMUS. O próximo contrato poderá manter um prazo de execução de 5 anos, ser aumentado para o máximo de 10 anos de duração, ou adotar-se um prazo intermédio de execução. Quanto ao tipo de contrato, poderá manter-se a modalidade de concessão, variando para modalidade mista com os serviços adicionais não rentáveis a contratar na modalidade de prestação de serviços ao veic.km, ambos sujeitos a pedidos de Reposição de Equilíbrio Financeiro, etc., cuja experiência é conhecida. Ou, mudando de paradigma, vindo a adotar-se a modalidade de pura prestação de serviços ao veic.km (por objetivos estabelecidos e requisitos de qualidade fortemente instituídos), não sujeito a pedidos de reposição do equilíbrio financeiro, e, onde poderá ser aplicada toda a receita gerada pela operação, acrescida dos apoios financeiros do Programa de Incentivo ao Transporte Público Coletivo de Passageiros (Incentiva +TP).

Este primeiro contrato de exploração «VAMUS – Transportes do Algarve 2021-26», com um prazo de execução de apenas 5 anos, permite que a AMAL, enquanto Autoridade de Transportes intermunicipal, com prudência e limitação de risco, obtenha conhecimento da exploração, da performance da rede de oferta, dados de transporte, bem como, adquirir experiência para o futuro contrato.

Do ponto de vista da produção da operação «VAMUS – Transportes do Algarve 2021-26», serve como referência atual os valores do exercício de 2023, que se manterão para 2025 em ordem de grandeza, com uma ou outra variação, a seguir expostos:

Diagnóstico da operação:

VAMUS, Transportes do Algarve 2021-26

Características	Quantidade	Unidade
<u>Regulares</u>	<u>73</u>	<u>Linhas</u>
Intermunicipais	41	Linhas

Municipais	31	Linhas
Inter-regional	1	Linhas
TPF	28	Rotas
Linhas totais	101	Linhas

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word "Circ" and various initials.

Produção	Quantidade	Unidade
Circulações	187 700	Circ./ano
Produção	5 200 000	Veic.km/ano
Produção diária	17 231	Veic.km/dia
Média Circulações/Linha	2 571	Circ.Linha/ano
Circulações diárias	514	Circ./dia
Oferta	396 400 000	Lugar.km/ano
Passageiros ano	3 340 000	Pas./ano
Passageiros dia	9 151	Pas./dia

Receitas do operador	Valor	Unidade
*Receitas de bilhética	10 855 820,00 €	/ano
Atividades Acessórias	1 455 153,00 €	/ano
Receita total	12 310 973,00 €	/ano
Receita de bilhética veic.km	2,17 €	/km
Receita total veic.km	2,37 €	/km

*Que inclui:		
PART	1 819 163,00 €	/ano
Congelamento do preço dos passes	220 844,90 €	/ano

Compensações financeiras da AMAL ao operador	Valor	Unidade
Compensação Financeira Alteração anormal e imprevisível	1 130 776,00 €	única
Juros de mora	88 465,45 €	única

Receitas da AMAL	Valor	Unidade
Contrapartida Financeira para a Concedente	110 700,00 €	única

No contrato VAMUS, Transportes do Algarve 2021-26, em execução, a rede contratualizada baseia-se na rede previamente existente, acrescida de alguma oferta para cumprimento dos níveis mínimos de serviço previstos na Lei n.º 52/2015, de 9 de junho (Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros – RJSPTP). Foi criada a linha Aerobus, que permite a ligação do Aeroporto Internacional de Faro a alguns dos principais destinos turísticos da região, colmatando uma lacuna existente na oferta de transporte público rodoviário, previamente à entrada em vigor do contrato de concessão.

Ao longo do ano de 2025 decorrerá o 4.º ano de exploração, de um período de 5 anos. Atualmente, a oferta de transporte público rodoviário da rede «VAMUS -Transportes do Algarve» assenta em duas tipologias principais:

- Rede de Transporte Regular, que se refere às linhas de TPR colocadas a concurso, com adaptações face às necessidades identificadas, assim como, novas linhas criadas face às alterações do padrão de procura;
- Rede de Transporte a Pedido, que consiste na disponibilização de serviço de TPR a locais com mais de 40 habitantes, que não sejam servidos pela rede regular, ou lugares com baixa procura, mediante solicitação por parte do utilizador. Esta, praticamente não executada.

Em 2024 foram realizadas ações de fiscalização aos serviços existentes, na continuidade do realizado em 2023, no sentido da verificação da conformidade dos requisitos contratuais, designadamente, cumprimento de horários, disponibilização de WI-FI, sinalética de paragem, informação ao público, satisfação dos utilizadores, entre outros. Estando prevista a sua continuidade ao longo de 2025, já que os resultados destas ações permitem, por um lado, a verificação do cumprimento do contrato de concessão, mas, também dotar a AMAL de conhecimento da operação na região e identificação de oportunidades de melhoria que poderão ser incluídas na preparação do próximo contrato de concessão.

2. Concurso público internacional para o transporte VAMUS além 2026

A exploração do atual contrato de concessão do serviço público de transporte de passageiros (SPTP), rodoviário intermunicipal e municipal local do Algarve, terá o seu término em 30 de novembro de 2026 (5 anos de prazo contratual efetivo).

Em função do estabelecido no Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros (RJSPTP), aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9/6 na sua versão atual, o novo contrato de SPTP do Algarve (sob a marca «VAMUS Algarve»), terá de entrar em exploração a 01/12/2026. Ainda que, o período de transição final do atual contrato decorra até 31/07/2026 (obrigações de reporte final, colaboração, cooperação, do operador cessante), entra em período de transição inicial para o novo contrato em 01/12/2025.

O novo contrato deverá estar adjudicado até 01/12/2025, pelo que, está em preparação o procedimento de contratação pública do SPTP VAMUS Além 2026. Assim que possível, deverá ser tomada a decisão quanto à modalidade contratual, definição do modelo económico-financeiro, e mormente, encerrar as peças procedimentais (anúncio, programa de procedimento, caderno de encargos, plano de rede e oferta base, etc.);

Para a contratação da exploração do VAMUS Algarve além 2026, verifica-se outra maturidade e apetrechamento técnicos nos serviços da AMAL, desde logo, disponibilidade de dados operacionais coligidos com a exploração atual, que permite um maior conhecimento na redefinição da rede de oferta, ao encontro da tendência da procura. Bem como, na conceção de soluções de mobilidade que permitam mitigar a deficiente resposta na oferta de transporte de passageiros nos territórios de baixa densidade. Bem assim, possibilita também um melhor conhecimento para o cumprimento das metas nacionais e europeias no que concerne à redução das emissões de GEE no setor de transportes.

É essencial acelerar o desenvolvimento desta atividade no decurso de 2025, para que venha a ser possível celebrar o contrato de exploração VAMUS Algarve além 2026 até ao final de 2025. Prevendo-se que a prestação de serviços de consultoria técnica e jurídica em execução contratual perdure até à obtenção do visto do Tribunal de Contas.

3. Auditoria financeira do contrato de concessão VAMUS Transportes do Algarve

A AMAL, enquanto Autoridade de Transportes intermunicipal, celebrou contrato de concessão do serviço público de transporte rodoviário de passageiros com o operador VIZUR Transportes, Unipessoal, Lda., que abrange, por competência própria, o transporte intermunicipal e, por competência delegada, o transporte municipal de 13 dos 16 municípios.

No seu papel de fiscalizador, a AMAL contratou, no início de 2024, com a empresa VASROC, Lda., uma auditoria financeira ao 1.º ano da concessão a qual aponta vários casos de inconsistência de informação, sobretudo entre o modelo económico-financeiro e o relatório de contas, bem como várias situações de

incumprimento contratual. Atualmente o relatório encontra-se a ser ultimado para posterior envio ao auditado das recomendações e comprovação do seu cumprimento.

Em 2025 pretende-se efetuar auditoria aos anos de 2023/24.

4. Programa Incentiva + TP

Com a publicação do Decreto-lei n.º 21/2024, de 19 de março, foi criado o **Programa de Incentivo ao Transporte Público Coletivo de Passageiros - Incentiva +TP**, que contempla a fusão dos programas PART e PROTransP, das verbas extraordinárias alocadas ao financiamento dos transportes (Extra PART) e, o montante necessário para garantir a compensação às autoridades de transporte e operadores de transporte público, pelo congelamento do preço dos passes em 2024, face a 2023.

O Programa tem uma duração de 5 anos. Em 2024 contou com uma dotação de 360 milhões de euros, acrescido de 50 milhões, de modo a assegurar a manutenção dos preços dos passes de transportes públicos, como medida excecional de mitigação dos efeitos da inflação.

O Incentiva+TP veio garantir às autoridades de transporte uma maior autonomia no desenvolvimento das medidas para a promoção do transporte público. Ou seja, confere mais flexibilidade ao destino do financiamento, eliminando as condições que existiam deste a criação do PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária, as quais balizavam as verbas a afetar a reduções tarifárias e à promoção da oferta de serviço, e que não se ajustavam às necessidades específicas da região.

O Incentiva+TP é financiado pelo Fundo Ambiental, através de transferências mensais para as Áreas Metropolitanas (AM) e Comunidades Intermunicipais (CIM).

O acesso ao financiamento do Programa está sujeito a uma comparticipação mínima dos municípios que integram a CIM.

A distribuição de verbas do Programa pelas AM e CIM é realizada de acordo com o fator de distribuição, que considera o número de utilizadores de transportes públicos, majorado por um incentivo ao aumento de utilização de transportes públicos nas regiões que registam quotas de utilização inferiores à média nacional, e ponderado pelo tempo médio de deslocação em transporte público, de acordo com os dados apurados nos Censos 2021.

O fator de distribuição fixado para a CIM do Algarve foi de 2,093 % da dotação total do programa, e uma comparticipação mínima dos Municípios de 2,5 % sobre o valor afeto à CIM, que resulta no montante de 8 581 300 €, acrescido da comparticipação dos municípios de 214 532,50 €.

Prevê-se que este valor se mantenha sensivelmente idêntico nos próximos 4 anos, atingindo o valor global de cerca de **43 milhões de euros**.

Este programa financia as competências das autoridades de transporte (AT), das obrigações do serviço público dos operadores de transporte e, ainda, medidas de promoção do transporte público coletivo.

Permite que a CIM continue a financiar, de uma forma mais equilibrada, as medidas de redução tarifária, medidas para aumentar a procura de transporte público e, ainda, assegurar a sustentabilidade das operações que estão a seu cargo.

Durante o ano de 2024 o Programa Incentiva + TP financiou as seguintes medidas:

- Apoio à redução tarifária dos passes e congelamento do preço dos passes;
- Plataforma de Informação da Mobilidade do Algarve (NESO);
- Auditoria financeira externa ao contrato de concessão de VAMUS Algarve – 1º ano;
- Preparação do novo procedimento de contratação do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na AMAL, VAMUS além 2026.

Para 2025 prevê-se a continuidade da aplicação de medidas de redução tarifária, mas que serão reavaliadas, face às novas medidas aprovadas pelo Governo no âmbito da Mobilidade, como a criação do passe ferroviário nacional a 20€, o alargamento da gratuidade do passe jovem a todos os jovens até 23 anos, e não apenas os estudantes e, ainda, à criação do passe multimodal.

Prevê-se, ainda, para 2025, a afetação das verbas do Programa Incentiva +TP nas seguintes medidas, entre outros:

- Apoio ao reforço e expansão da oferta;
- Implementação do passe multimodal;
- Implementação do Transporte Flexível;
- Plataforma de Informação da Mobilidade do Algarve (NESO);
- Plataforma de gestão da Rede de transportes;
- Plataforma de gestão de transporte de passageiros flexível;
- Auditoria financeira externa ao contrato de concessão de VAMUS Algarve, - 2º ano;
- Preparação do novo procedimento de contratação do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na AMAL, VAMUS além 2026.

No sentido de se dar resposta a algumas necessidades de transporte público (apoio ao reforço e expansão da oferta) está em curso um processo, que transita para 2025, com vista à realização de serviços adicionais previstos no contrato de concessão com a VIZUR, com recurso a verbas do Incentiva +TP.

Para o efeito é necessário obter informação da VIZUR, o parecer da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, bem como o visto do Tribunal de Contas.

5. Passes Gratuitos para Jovens Estudantes

A Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro, define, ao abrigo do artigo 23.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, na sua redação atual, as condições de atribuição dos passes gratuitos para jovens estudantes, nas modalidades sub 18+TP (jovens dos 4 aos 18 anos inclusive) e estudante sub 23+TP (jovens dos 19 aos 23 anos inclusive), designados «passes gratuitos para jovens estudantes», bem como os procedimentos relativos à sua operacionalização e compensação.

Pretende-se com a criação da referida portaria promover a redução da emissão dos gases com efeito de estufa, que permitirá atingir as metas ambientais da neutralidade carbónica, assumidas por Portugal e incentivar as novas gerações a escolher o transporte público como meio de transporte preferencial.

A implementação dos passes gratuitos para os jovens estudantes é da competência das Áreas Metropolitanas (AM) e das Comunidades Intermunicipais (CIM), nas respetivas áreas geográficas, em articulação com os operadores de transportes e os municípios enquanto autoridades de transportes e titulares de contratos de serviço público.

No âmbito da Portaria procede-se à implementação de um sistema de compensação aos operadores pela cedência do passe, proporcional à sua efetiva utilização, estipulando que a sua remuneração é efetuada numa base mensal.

O valor da compensação financeira por cada passe gratuito para jovens é calculado, pela CIM, da seguinte forma:

- Cada validação corresponde a 10 % do valor do título de referência, pagando-se este valor multiplicado pelo número de validações realizadas até se atingir 10 validações.
- Atingidas 10 validações, inclusive, é pago o valor do título de referência por inteiro.
- Os passes que não tenham qualquer validação, não dão direito a qualquer compensação.

Estima-se que o valor de passes gratuitos pagos em 2024 ascenda a cerca de 2,8 milhões de euros.

Com a entrada em vigor da medida do Governo, de alargar a gratuitidade do passe para jovens estudantes a todos os indivíduos com menos de 23 anos, prevê-se em 2025 um acréscimo substancial daquele valor.

6. Redução tarifária no concelho de Olhão

A criação, em 2022, pela AMAL, do Regulamento Intermunicipal «Apoios à Mobilidade AMAL» pretendeu enquadrar e regular a atribuição indireta de apoios financeiros aos utentes dos serviços

públicos de transporte rodoviário e ferroviário na região do Algarve, na forma de redução dos tarifários cobrados nesses serviços.

De entre os apoios concedidos conta-se o de redução tarifária do serviço público de transporte rodoviário da rede VAMUS Transportes do Algarve efetuado no concelho de Olhão pela VIZUR Transportes, Unipessoal, Lda. no âmbito de contrato de concessão celebrado para a região, financiado pelo respetivo município, via AMAL.

Prevê-se dar continuidade, no ano de 2025, aos apoios aplicados ao abrigo do Regulamento.

7. Plataforma de gestão de rede de transportes

As funções de gestão e de controlo da Autoridade de Transportes intermunicipal desempenhadas pela AMAL constituem-se, naturalmente, como elementos-chave para promoção da qualidade do transporte público.

A operacionalização dessas funções requer a utilização de ferramentas adequadas, pelo que foi adquirida, em 2023, uma plataforma de gestão da rede de transportes regional que permite, a partir de dados de base disponíveis, efetuar análises e gerar *outputs* diversos.

Especificamente, a AMAL pretende efetuar a gestão, abrangendo o planeamento, o acompanhamento e a monitorização, e a fiscalização da rede de transportes rodoviário e ferroviário existente na região, incluindo dos apoios aos tarifários como, p. e., os concedidos via Programa de Incentivo ao Transporte Público Coletivo de Passageiros (INCENTIVA+TP), aplicado ao abrigo do Regulamento Intermunicipal «Apoios à Mobilidade AMAL».

8. Sistema de Transporte Multimodal do Algarve (STM Algarve)

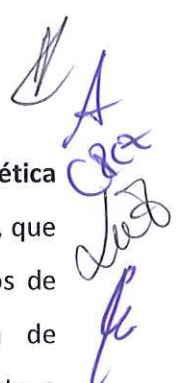
Enquanto Autoridade de Transportes intermunicipal (ATi), é competência da AMAL pugnar pela integração tarifária, pela multimodalidade e pela utilização de sistemas inteligentes de transportes (ITS) - inclusive as necessidades especiais de transporte ou de grupos de passageiros específicos - na definição dos títulos de transporte a disponibilizar ao serviço público de transporte de passageiros, bem como a definição das regras específicas aplicáveis aos ITS, designadamente, no tocante à gestão do sistema de bilhética, à disponibilização aos utilizadores de cartões de suporte, à distribuição da respetiva receita e à recolha, disponibilização e tratamento de informação.

No planeamento e na coordenação do serviço público de transporte de passageiros, é desígnio da AMAL promover a equidade de tratamento e de oportunidades dos cidadãos no acesso aos transportes, contribuindo para a coesão económica, social e territorial, assegurando, de forma progressiva, o nível de

serviço público que se exige, nos diversos modos de transporte, de forma a que se revele o mais adequado à procura, seja economicamente sustentável e racional, designadamente, concretizando um modelo de exploração multimodal.

Em suma, a AMAL, através de articulação, coordenação e regulação multimodal deve promover a integração dos tarifários dos diversos operadores e a interoperabilidade dos respetivos sistemas de bilhética, por forma a serem disponibilizados títulos de transporte multimodais aos utilizadores. Por razões de eficiência e eficácia do sistema de mobilidade, deve ser privilegiada uma relação multimodal estruturada e fluída entre serviços públicos de transporte de passageiros afluentes e alimentados. E, sempre que necessário, criando mesmo um serviço público de transporte de passageiros afluente, que complemente a ligação a outro serviço de transporte em modo ferroviário pesado e ligeiro, fluvial ou rodoviário em sítio próprio, por forma a promover a multimodalidade e a eficiência do sistema de transportes.

- **1.ª Ação** – negociar com o operador VIZUR, Transportes, Unipessoal, Lda., no âmbito da execução do contrato de concessão do Serviço Público de Transportes de Passageiros (SPTP), rodoviário intermunicipal e municipal delegado «VAMUS, Transportes do Algarve 2021-26» a **migração do tarifário quilométrico para o tarifário zonal**, por forma a ser possível agregar títulos da VAMUS com títulos dos SPTP municipais locais e urbanos, com upgrade do software do sistema de bilhética;
- **2.ª Ação** – Negociar com a VIZUR e demais operadores do Grupo Barraqueiro a operar no Algarve (TransLagos, SandBus, EVA, S.A.), **um suporte de títulos de transporte interoperável em todos esses sistemas de bilhética**. Bem assim, com as respetivas Autoridades de Transportes municipais (Municípios de Lagos, Portimão, Albufeira, Faro, Olhão, e eventualmente Loulé e Tavira), a implementação de um tarifário zonal agregador, de assinatura mensal, que permita a interoperabilidade entre as respetivas operações de SPTP (VAMUS, A Onda, Vai e Vem, Giro, Apanha-me!, Próximo, CUBO, e Sobe e desce), por forma a ser uma realidade a existência de um passe interoperável nestes SPTP – passe interoperável do Algarve;
- **3.ª Ação** - **Criar e implementar um título de transporte multimodal** de assinatura mensal (passe único do Algarve), que confira o direito à utilização do serviço público de transporte de passageiros explorado pelos diversos operadores na região do Algarve, dos diferentes modos (rodoviário, ferroviário, fluvial), inclusive, dos diferentes operadores no mesmo modo (e.g., rodoviário intermunicipal, municipal local e urbano), exercendo essa sua competência enquanto Autoridade de Transportes intermunicipal (ATi). Foi estudada a integração tarifária (zonamento e regras de contagem; títulos de transporte e tarifário, comissões; modelo de repartição da receita; adesão e inclusão de linhas, regras de operação e penalidades);

- 
- **4.ª Ação – Integração da bilhética, com a implementação da plataforma de Bilhética Multimodal Nacional: 1Bilhete.pt** (cuja adesão foi contratada com o IMT, I. P.), no Algarve, que assegure a interoperabilidade tecnológica dos diferentes suportes eletrónicos dos títulos de viagem, nos vários operadores. Desenvolvimento e concretização da plataforma de Centralização da Gestão do Sistema de Transporte Multimodal do Algarve, que suporte a interoperabilidade do sistema, e concretize o processo tecnológico. Bem assim, que assegure a gestão tecnológica necessária para a existência de suportes de títulos de viagem interoperáveis e proporcione um serviço central de suporte de bilhética interoperável, bem como, assegure as funções de suporte comercial (registo de clientes e a gestão dos suportes, estendendo a sua ação ao suporte da atividade comercial de venda de títulos e de consolidação das utilizações efetuadas), designadamente:

- Crie a interface tecnológica para conexão bidirecional de informação de bilhética;
- Processe a comunicação de dados;
- Colete dados de venda, de validação, de fiscalização, de carregamento e de personalização nos sistemas centrais de bilhética;
- Assegure o fluxo e a partilha desses dados operacionais;
- O tratamento dos dados, com alimentação de algoritmo de cálculo automatizado da redistribuição de receita e produção automatizada de relatórios, em formato simplificado;
- O armazenamento dos dados, em segurança, em servidor.

- **5.ª Ação – Desenvolver a regulamentação do processo multimodal bem como da ATi** enquanto entidade reguladora do sistema, desde logo, da relação e do processo multimodais. Contratualizar custos e regras, definir a estratégia e o plano de promoção, divulgação e implementação do passe multimodal, planejar e definir as fases de concretização do processo multimodal.

Para o efeito, é necessário proceder à contratação de uma consultoria técnica que possa coligir todos os dados necessários, fazer o levantamento das necessidades (utilizando os estudo e dados já existentes na AMAL), “desenhar” a “arquitetura” de todo o sistema, desenvolver as peças necessárias; negociar, do ponto de vista técnico com os operadores do Algarve e bem assim com as Autoridades de Transportes municipais envolvidas, por forma a concretizar, em definitivo, o Sistema de Transporte Multimodal do Algarve. Também, preparar as peças do procedimento de contratação de uma consultoria tecnológica, esta necessária para dar continuidade tecnológica ao trabalho técnico, por forma a implementar o Sistema.

Poderá haver a necessidade de se contratar adicionalmente uma prestação de serviços de assessoria técnica específica, de especialista no setor dos transportes, por forma a aconselhar as tomadas de decisão e a negociação pesada com os operadores, complementando o trabalho técnico e auxiliando no apoio à decisão.

Por último, torna-se necessário proceder à contratação de consultoria tecnológica para a bilhética multimodal que possa fazer o levantamento dos sistemas de bilhética existentes, das suas especificidades, dos requisitos e características, estudar e desenvolver toda a interoperabilidade, “desenhar” a “arquitetura” tecnológica, por forma a concretizar-se a plataforma de Centralização da Gestão do Sistema de Transporte Multimodal do Algarve, de acordo com a densificação explanada acima, na 4.ª Ação.

9. Transporte de Passageiros Flexível (TPF)

A entrada em vigor do regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros (RJSPTP) determinou a obrigatoriedade de prestação de níveis mínimos de serviço público de transporte a lugares com mais de 40 habitantes. O Algarve é uma região com fortes contrastes em termos de dispersão da população, com muitos lugares de ainda menor dimensão, habitados essencialmente por uma população envelhecida e dependente de soluções de transporte público que assegurem as suas necessidades básicas de mobilidade, e normalmente não servida pelo serviço regular.

No sentido de promover uma cobertura territorial mais ampla, com custos controlados em territórios de baixa densidade, abrangendo todos aqueles locais, mais isolados, a AMAL dispõe de uma plataforma de gestão do transporte de passageiros flexível (TPF) que permite gerir as reservas efetuadas por utentes, otimizando (através da nuvem de pontos) os circuitos e horários, bem como os veículos a utilizar, e, consequentemente, reestruturando os recursos municipais a fim de reduzir os consumos de combustível, o número de horas realizadas pelos motoristas e, sobretudo, os encargos do erário público.

A AMAL pretende separar a exploração das linhas de transporte flexível das de transporte regular no próximo período de operação da rede VAMUS, a partir de 2026, e, na esteira dessa pretensão, iniciar, em 2025, a implementação de uma gestão centralizada do TPF para os municípios que não pretendam avançar com a gestão própria desse tipo de transporte.

10. SPTP Fluvial

Enquanto ATi regional/intermunicipal, é competência própria da AMAL (RJSPTP e Decreto-Lei n.º 58/2019 de 30/04), a organização, exploração, atribuição, investimento, financiamento e fiscalização do serviço público de transporte de passageiros fluvial intermunicipal, bem como de determinação de obrigações de serviço público e de tarifários na sua área geográfica.

- 1.ª Ação - Transferência da competência da Docapesca, Portos e Lotas, S. A., para a AMAL, da concessão das carreiras de transporte fluvial de passageiros de Olhão para a ilhas barreira da Armona e da Culatra (núcleos da Culatra e do Farol), nas águas navegáveis interiores. Desenvolvimento, por meio de modelo de transferência, designadamente, quanto aos custos de utilização dos cais, bem como, repartição da receita fixa e variável gerada pela exploração destas linhas de SPTP fluvial. Foi prestado parecer jurídico à AMAL, sobre esta temática, pelo jurisconsulto da AMAL (o qual propôs ouvir-se um especialista em finanças públicas). Foi solicitado parecer ao consultor em finanças públicas da AMAL, sobre o assunto, aguarda-se o seu parecer, para prosseguir com a transferência de competência.

11. MOBIHUB -Polos de Mobilidade Verde e Acessibilidade do Património Cultural e dos Destinos Turísticos

O projeto MOBIHUB irá melhorar a acessibilidade ao património cultural e aos destinos turísticos, através do desenvolvimento de Polos de Mobilidade Verde (PMV), promovendo práticas de turismo sustentável, preservando a identidade cultural e implementando soluções de transporte amigas do ambiente. O projeto tem vários parceiros mediterrânicos, incluindo o Algarve. Tem como objetivo final criar um guia MOBIHUB, de modo que cada sítio turístico e de património cultural mediterrânico possa ser visitado de forma mais sustentável por turistas e visitantes locais. A parceria irá colaborar para avaliar o potencial de eficiência energética e os impactos de redução de emissões dos polos de mobilidade verde e desenvolver um roteiro transnacional para integrar o conceito PMV em todos os planos de turismo, transporte e clima do Mediterrâneo. O projeto MOBIHUB será alargado a níveis territoriais mais elevados, a fim de facilitar a adoção generalizada do conceito de polos de mobilidade verde para o património cultural e os destinos turísticos.

O projeto foi apresentado e, até à data, não foi comunicada qualquer conclusão sobre a sua decisão de aprovação.

12. Divulgação da Mobilidade e dos Transportes do Algarve

O nível mínimo de serviço público de transporte de passageiros (SPTP) também se define pelo critério de informação ao público, que se relaciona diretamente com o nível de informação prestada sobre o SPTP disponível para todos, especificando-se pela clareza, adequabilidade e qualidade da divulgação de informação nos pontos de acesso à rede, sobre: O percurso/itinerário, as paragens, a identificação dos interfaces, os horários, identificação do ponto de acesso em que o passageiro se situa; Que permita, fácil leitura da rota, dos horários para acesso ao ponto de destino, incluindo transbordos e modos de transporte a utilizar para o efeito; Tarifas e títulos de transportes disponibilizados no percurso e/ou na área geográfica, incluindo de outros modos de transporte com possibilidade de interface, bem como, condições de acesso a bonificações e descontos, etc.; Os direitos dos passageiros nos vários modos de transporte, bem assim, dos deveres e das cláusulas contratuais gerais aplicáveis ao contrato de transporte entre o operador de transportes e o passageiro.

O desenvolvimento e a disponibilização de sistemas de informação ao público fiáveis, com informação correta, consistente, atualizada e personalizada, permitem atingir cinco grandes objetivos estratégicos:

1. Promoção do serviço;
2. Motivação da utilização do serviço;
3. Apoio na decisão, esclarecimento e conhecimento da oferta disponível;
4. Melhoria da satisfação dos passageiros;
5. Sensibilização de novos e atuais passageiros, promovendo a mudança de comportamentos.

12.1. Divulgação do serviço de transporte pelos operadores, sua fiscalização e monitorização

Toda esta divulgação ao público, é, em primeira instância, dever de cada operador de serviço público concessionado, ou interno, nos pontos de acesso à rede explora, mas, também na Internet, em aplicações móveis, etc., com suficiente detalhe das características do serviço público que presta, desde logo, para cumprimento das obrigações contratuais.

Sendo também competências da ATi, na sua área geográfica, a fiscalização e monitorização da exploração do SPTP, bem como, a determinação das obrigações de serviço público, e do nível mínimo de serviço, em particular, do cumprimento dos contratos de concessão do SPTP, mas, em geral, dos modos de transporte explorados na área geográfica da sua competência.

12.2. Divulgação do serviço público de transporte de passageiros, pela ATi

Todavia, a divulgação e o desenvolvimento do SPTP, nos diferentes modos de transporte: rodoviário, fluvial, ferroviário e outros sistemas guiados, é uma atribuição da ATi, mormente, na forma integrada e agregada dos diferentes modos, na área geográfica da sua competência.

Nesse desiderato, a AMAL encontra-se a desenvolver instrumentos de comunicação com o público, no propósito de lhe disponibilizar toda a informação relevante de mobilidade (multimodal), necessária e suficiente, preferencialmente em tempo real, tendo em vista a promoção da utilização do transporte público, desenvolver a sua atratividade, tornando essa utilização versátil, cómoda, amigável, prática e acessível a todos.

12.2.1. Plataforma de informação da mobilidade do Algarve (NESO)

Está concluída a plataforma de Informação da Mobilidade do Algarve (sob a marca «NESO») e encontra-se publicada em app Android e iOS, bem como em website, desde o início de 2024.

Esta plataforma disponibiliza informação ao público, em aplicação para dispositivos Android e iOS e em ambiente web:

- Sobre toda a mobilidade no Algarve, em ambiente *web*, por meio de um repositório da oferta sobre transportes públicos de passageiros, sendo igualmente capaz de divulgar informação de plataformas externas, designadamente;
- Transporte rodoviário inter-regional, intermunicipal, municipal e urbano;
- Transporte rodoviário expresso, nacional e internacional;
- Transporte fluvial intermunicipal, municipal e internacional;
- Transporte ferroviário regional, nacional e internacional;
- Transporte aéreo nacional e internacional;
- Mobilidade ciclável e micromobilidade (traçados das ciclovias e percursos cicláveis, parques de bicicletas, locais de partilha e aluguer e operadores);
- Mobilidade elétrica (postos de carregamento, tipo de carregamento, potência disponível, tarifa, estado).

Será capaz de vir a integrar dados provenientes, seguindo o standard NeTEx, do Ponto de Acesso Nacional (NAP) de Informação sobre Transportes propriedade do IMT, I. P., em Portugal, dando resposta às diretivas europeias sobre este tema, ou em alternativa, proceder ao seu carregamento diretamente a partir dos serviços dos operadores, encaminhando seguidamente, no mesmo formato NeTEx, esta informação para o Ponto de Acesso Nacional (NAP).

12.2.2. Portal da mobilidade do Algarve

É desejável, que a plataforma de informação da mobilidade do Algarve, com a informação que colige e disponibiliza, possa evoluir para, ou simplesmente alimentar, um portal da mobilidade do Algarve, enquanto um site na internet projetado para aglomerar e distribuir conteúdos de informação ao público, alimentado pela fonte de informação em que se constitui a plataforma, e outras fontes de informação ao público, de maneira uniforme, sendo um ponto de acesso regional para as partes interessadas (Autoridades de Transportes municipais, operadores, interfaces, meios de comunicação social, turismo do Algarve, estabelecimentos de ensino e da saúde, etc.), para essa série de outros sites ou subsites, externos ao domínio ou subdomínios da AMAL, enquanto gestora do portal.

Na sua estrutura, do portal da mobilidade deveria constar um motor de busca, bem como, um conjunto de áreas subordinadas com conteúdos próprios, uma área de notícias, um fórum, e, hipoteticamente, outros serviços de geração de comunidades, além de um diretório, podendo ainda incluir outros tipos de conteúdos.

Uma vez que, a plataforma pode também disponibilizar conteúdo que permita a produção de folhetos em papel, e diverso material de afixação nas paragens, replicação da informação em meio eletrónico (painéis LCD, monitores, etc.), de forma rápida e abrangente, a custo reduzido, normalizada na informação e de fácil configuração, e, na forma apelativa de visibilidade da oferta, o que também pode potenciar a promoção do serviço de transporte.

A implementação do portal da mobilidade do Algarve, com identidade corporativa do sistema intermodal de transportes do Algarve (da AMAL), seria capaz de reunir toda a informação sobre mobilidade no território do Algarve a disponibilizar gratuitamente ao público (e numa base 24/7).

Pode desenvolver-se um modelo de gestão da Divulgação da Mobilidade e dos Transportes do Algarve, que gere alguma receita, através de quota-parte dos operadores privados, na sinergia de publicitação das suas atividades de transporte, mobilidade suave, micromobilidade, mobilidade elétrica, etc., que financie parcialmente a despesa;

- 1.ª ação - Divulgação do serviço público de transporte de passageiros, por meio de Plataforma de informação da mobilidade do Algarve (NESO) – em serviço (a melhorar);
- 2.ª ação - Evoluir para todo um sistema tecnológico de informação ao público em tempo real, e desenvolver o Portal da Mobilidade do Algarve, como Ponto de Acesso Regional aos dados de informação ao público no Algarve;

- 3.ª ação - Promoção publicitária de utilização da app e do website de Informação da Mobilidade do Algarve (para toda a região), e do portal, em conjunto com a identidade corporativa do sistema intermodal de transportes do Algarve (da AMAL).

Handwritten signature and initials in blue ink.

Central de Compras

13. Central de Compras

A Central de Compras da AMAL, (CC-AMAL), apresenta atualmente 27 associados, entre eles, os 16 Municípios do Algarve, 10 empresas municipais e uma junta de freguesia. No próximo ano pretende aumentar os seus associados, apresentando-se a mais juntas de freguesia e a escolas ou agrupamento de escolas que encontrem nos acordos quadro da CC-AMAL uma mais-valia no seu dia-a-dia.

A CC-AMAL tem tido como atividade principal a celebração de acordos quadro de bens ou serviços através dos quais são estabelecidas condições base de fornecimento de bens ou prestação de serviços, mais concretamente, preços máximos ou descontos mínimos, critérios de adjudicação, e requisitos técnicos mínimos, a considerar nos contratos a celebrar entre os fornecedores selecionados e as entidades aderentes.

Por esta via, as entidades aderentes da CC-AMAL beneficiam de procedimentos mais eficientes (prazos 90% mais curtos), menos litigantes e mais simplificados, que se traduzem num benefício considerável face ao crescente volume procedimental que as estruturas de contratação pública das autarquias enfrentam.

Nos últimos cinco anos foram efetuados mais de 100 procedimentos ao abrigo dos acordos quadro da AMAL, num total de mais de 65 milhões de euros, tendo-se obtido, uma poupança mínima, em termos administrativos, de mais de 150 mil euros aos seus associados.

Assim, e tendo em conta que, em 2025 a CC-AMAL irá comemorar 15 anos de existência, pretende-se, no ano de 2025, comemorar a data juntamente com os representantes da Comissão de Acompanhamento que têm ajudado a alcançar o sucesso atual.

Em 2025 pretende-se renovar e lançar acordos-quadro tendo em vista alargar a oferta de bens e serviços.

Acordos-Quadro		2025
1	Refeições escolares	Ativo
2	Elettricidade em regime de mercado livre	Ativo
3	Gás natural, propano e butano	Ativo



Acordos-Quadro		2025
4	Combustíveis	Ativo
5	Contadores e caudalímetros de água e sistemas de telemetria	Ativo
6	Papel	Ativo
7	Seguros	Ativo
8	Serviços de Vigilância	Ativo
9	Serviços de Limpeza	Ativo
10	Prestação de serviços de conservação, reparação e instalação de material de canalização	Ativo
11	Análises de águas e aquisição de produtos para tratamento de águas	Ativo
12	Produtos de limpeza	A lançar
13	Sinais de Trânsito	A lançar

Esta aposta no crescimento implica o acompanhamento das ferramentas tecnológicas de suporte às atividades de contratação pública, em particular o portal da Central de Compras, com mais e melhores funcionalidades, com destaque para o desenvolvimento simplificado de procedimentos de ajuste direto e consulta prévia por parte dos associados, sem custos para os utilizadores.

Formação e Desenvolvimento Social

14. Formação

A Formação constitui-se como um dos eixos relevantes da AMAL e, desde que a AMAL obteve a acreditação como entidade formadora em 2003, já formou cerca de 22.500 formandos, enquadrados nos diversos projetos desenvolvidos.

Para 2025, pretende-se dar continuidade a este desígnio através da promoção de formação financiada e não financiada que responda às necessidades dos municípios.

Assim, e no que respeita à formação financiada, vai ser apresentada uma candidatura ao Aviso ALGARVE-2024-24 “Formação da Administração Pública regional e local”, que visa apoiar projetos de formação para os trabalhadores da referida administração.

De acordo com o referido Aviso são elegíveis as ações de formação associadas a projetos de modernização e de inovação administrativa e a projetos que qualifiquem os trabalhadores da AP local e regional.

Esta tipologia de operação tem como objetivo a qualificação dos trabalhadores da administração pública local e dos serviços regionais através de ações de formação que promovam:

- a) A eficiência e a eficácia na prestação dos serviços públicos, designadamente no contexto das transições digital e climática;
- b) O desenvolvimento de projetos de modernização e de inovação administrativa, de simplificação regulamentar e de serviços partilhados;
- c) A capacitação para a realização dos processos de desconcentração e descentralização de competências da administração central para o nível local e regional;
- d) A capacitação para a gestão, a monitorização e a avaliação de medidas e de programas.

Este projeto, cuja realização decorrerá entre 2025 e 2027, pretende contribuir para uma melhor qualidade na resposta da administração local aos desafios existentes.

15. Educação

15.1. Rede Plurianual da Oferta Educativa de Dupla Certificação

Em conformidade com o previsto no Decreto-Lei nº 21-2019 de 30 de janeiro, as Comunidades Intermunicipais são responsáveis pelo planeamento, concertação e elaboração da rede plurianual da Oferta Educativa.

Neste sentido, a AMAL vai desenvolver este processo - em parceria com a ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional) e com a DSRAL-DGEstE (Direção de Serviços da Região do Algarve da Direção-Geral Estabelecimentos Escolares) - tendo em vista a elaboração e criação da referida Rede, garantindo a apresentação de uma proposta de rede da 2025/2026, até 30 de maio.

15.2. Plano Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar do Algarve - PIPSE•ALGARVE

Submetida a Candidatura ao Aviso Algarve-2024-4, "Programas (inter) municipais de promoção do sucesso escolar – PIPSE" que visa implementar soluções inovadoras que contribuam significativamente para a redução da taxa de abandono escolar e promovam o sucesso escolar.

Assim, a implementação do Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar – PIPSE•ALGARVE consubstancia-se no desenvolvimento e implementação de um conjunto de atividades, que resultaram das necessidades indicadas pelos Agrupamentos de Escolas/Escolas Não Agrupadas - AE/ENA. Este trabalho foi desenvolvido em articulação com os Municípios, com os AE/ENA e com as entidades públicas dependentes da tutela política do Ministério da Educação, assegurando assim uma

concertação frutuosa de recursos e iniciativas em prol do desígnio comum de promoção do sucesso escolar. Assim, o PIPSE●ALGARVE, que tem uma duração de 36 meses, reforça os recursos para promover um conjunto de intervenções integradas e inovadoras, que permitam o adequado desenvolvimento pessoal e escolar das crianças e jovens.

Neste contexto, o PIPSE●ALGARVE adota como Objetivo Central a ambição de alcançar uma melhoria generalizada e sustentada da qualidade das aprendizagens e dos níveis de sucesso escolar, preconizando para o efeito um modelo de intervenção sustentado em três Princípios de Atuação principais:

- **Garantia de equidade no acesso a oportunidades diversificadas de aprendizagem** – Este princípio visa garantir a equidade no acesso a oportunidades diversificadas de aprendizagem, apostando na disponibilização de recursos pedagógicos e na ativação de processos de ensino-aprendizagem que, de forma universal ou seletiva (i.e. através de discriminação positiva), contribuam para maximizar as oportunidades de sucesso escolar para todos os alunos.
- **Promoção do desenvolvimento integral das capacidades, competências e vocações dos alunos** – Com o objetivo de privilegiar, uma ação socioeducativa orientada para dar resposta ao desafio de desenvolvimento integral das capacidades, competências e vocações dos alunos, este princípio assenta a sua atuação na promoção da melhoria das condições de suporte à promoção de uma educação inclusiva, desde logo junto das crianças e alunos com necessidades educativas que careçam de respostas mais diferenciadas e personalizadas e também no domínio da orientação escolar e profissional dos alunos.
- **Fomento da inovação e da diferenciação pedagógica nos processos e práticas de ensino-aprendizagem** – Este princípio tem como objetivo a adoção de processos e práticas de ensino-aprendizagem mais eficazes e eficientes adaptadas à diversidade de características e necessidades educativas dos alunos. Assim, pretende-se apostar numa mobilização mais alargada e efetiva das tecnologias educativas atualmente existentes, promovendo a diversificação do leque de modalidades de ensino e de aprendizagem disponíveis e a respetiva adequação a diferentes ambientes educativos (i.e. em sala de aula, fora da sala de aula ou misto).

O PIPSE●ALGARVE será operacionalizado através da implementação de uma Carteira de Atividades que se considera ser um contributo relevante para materializar o objetivo central “alcançar uma melhoria generalizada e sustentada da qualidade das aprendizagens e dos níveis de sucesso escolar”, com plena observância dos Princípios de Atuação fixados. As Atividades consideradas são as seguintes:

- **A1 | Bolsa de Técnicos Especializados de Apoio ao Aluno**

Com esta atividade pretende-se reforçar a capacidade de acompanhamento das crianças e jovens que frequentam os estabelecimentos públicos de ensino abrangidos, com vista à promoção do seu desenvolvimento integral e harmonioso, através de uma atuação integrada sobre fatores críticos com influência sobre a sua vida escolar, familiar e comunitária, combinando a deteção precoce de problemas suscetíveis de condicionar o seu desempenho escolar e extraescolar, apoiando o desenho e implementação atempada de procedimentos e mecanismos de acompanhamento adequados para a sua resolução ou mitigação. Será operacionalizada através da constituição, por parte da AMAL, de uma Bolsa de técnicos especializados de diferentes especialidades, nomeadamente, psicologia, terapia da fala, terapia ocupacional, serviço social e educação social num total de 24 especialistas.

- **A2 | (Re)Construção de Capital Relacional na Comunidade Educativa**

Esta atividade visa contribuir para o reforço do papel das Escolas enquanto espaços de referência na estruturação e desenvolvimento de relações significativas entre os atores-chave que formam as respetivas comunidades educativas, assumindo desta forma que a intensidade e qualidade dessas relações constitui um aspeto central e decisivo para a promoção do sucesso escolar em contextos organizacionais e sociais cada vez mais complexos. A sua implementação será materializada através do desenvolvimento de ações de sensibilização, mentoria e capacitação de equipas de projeto das escolas, no domínio da literacia relacional e do apoio direto ao desenho e implementação de estratégias de robustecimento e ativação do respetivo capital relacional.

- **A3 | Co-Criação e Disponibilização de Recursos Pedagógicos em Ambiente Digital**

O objetivo desta iniciativa é contribuir para a aceleração e aprofundamento da integração das tecnologias digitais nos processos de ensino e aprendizagem, promovendo a produção, partilha e utilização de conteúdos específicos complementares aos recursos pedagógicos existentes, através de metodologias ativas que potenciem a motivação, autonomia e qualidade das aprendizagens dos alunos, através de práticas de diferenciação pedagógica em contextos de aprendizagem diversos com recurso às novas tecnologias. A materialização desta atividade será efetuada através da cocriação e disponibilização de conteúdos pedagógicos específicos ancorados numa plataforma/aplicação digital, com acesso generalizado e sem custos para professores e alunos, e passível de utilização em regime online e offline, através de diferentes dispositivos tecnológicos, viabilizando desta forma o enriquecimento dos processos de ensino e aprendizagem em ambiente de sala de aula, fora da sala de aula ou misto.

- **A4 | Promoção de Competências Pré-Leitoras e Leitoras**

Esta atividade pretende contribuir para a melhoria das condições, dos processos e dos resultados de aprendizagem da leitura através da prevenção, deteção e intervenção precoce sobre dificuldades reveladas pelas crianças que frequentam o último ano da Educação Pré-Escolar, privilegiando para este efeito uma abordagem centrada na aferição e desenvolvimento das competências mais fortemente correlacionadas com o sucesso na aprendizagem da leitura. Em termos operativos, a atividade será materializada através da aplicação sistemática de técnicas de diagnóstico e avaliação individual, sobre o público-alvo em apreço, com recurso a tecnologias específicas, permitindo uma referência eficaz das crianças e dos alunos que revelem maiores dificuldades de aprendizagem da leitura (ou risco de as experienciar) e o subsequente desenvolvimento de abordagens de intervenção adaptadas a operacionalizar numa base individual e/ou de pequenos grupos.

- **A5 | Promoção da Qualidade das Aprendizagens Iniciais em Matemática**

O objetivo desta iniciativa pretende contribuir para a melhoria das condições, dos processos e dos resultados de aprendizagem da disciplina de Matemática na fase inicial do percurso escolar, através da mobilização mais ampla e eficaz do potencial proporcionado pelas novas tecnologias para a disponibilização de conteúdos dinâmicos e viabilização de práticas de ensino-aprendizagem que favoreçam o interesse, motivação e autonomia dos alunos dentro e fora da sala de aula (e.g. gamificação com recurso aos designados jogos sérios). A sua implementação será efetuada através de uma plataforma digital que disponibilize conteúdos alinhados com o referencial de Aprendizagens Essenciais da disciplina de Matemática para o 1º Ciclo do Ensino Básico e que permita a sua utilização por parte de docentes e alunos nos respetivos processos de ensino e aprendizagem.

- **A6 | Promoção de Competências em Computação e Programação**

Esta atividade contribuirá para o desenvolvimento precoce de competências nos domínios do pensamento computacional e da programação nos alunos que frequentam os 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico, estimulando a aquisição e treino de capacidades de raciocínio lógico e de resolução criativa de problemas no quadro mais vasto do esforço de promoção da literacia digital e do uso responsável de tecnologias e serviços digitais por parte deste segmento da população escolar. Em termos operativos, a atividade será materializada através da aquisição dos direitos de utilização de uma plataforma digital que permita suportar processos estruturados de ensino-aprendizagem nos domínios da computação e da programação com uma forte componente prática, associando a apreensão de conceitos-chave (algoritmos, condições, eventos, funções, etc.) ao desenvolvimento de projetos de programação em ambiente de sala de aula, fora da sala de aula ou misto.

- **A7 | Coordenação e Gestão da Operação**

Com um carácter predominantemente instrumental esta atividade, é essencial para a operacionalização, implementação e acompanhamento das estratégias e medidas preconizadas para a promoção do sucesso escolar, consistindo no desenvolvimento das funções de coordenação e gestão transversais a toda a operação e de articulação permanente entre a AMAL, os Municípios e os AE/ENA abrangidos pelo PIPSE●ALGARVE, assegurando uma execução eficaz e eficiente das suas diferentes atividades e o alcance das metas de realização e de resultado contratualizadas. Para além da permanente monitorização física e financeira da execução, esta atividade contempla também a elaboração do Relatório Final da operação, com especial enfoque na aferição das realizações e dos resultados alcançados. Esta será operacionalizada através da montagem do dispositivo de procedimentos de suporte à implementação e acompanhamento da operação (assegurando a mobilização e alinhamento de todos os recursos necessários para o efeito e o cumprimento integral dos requisitos inerentes à utilização de financiamento comunitário) e do acompanhamento regular e sistemático da implementação da operação (suportando todas as tarefas relacionadas com o controlo da sua execução física e financeira, a verificação da conformidade processual face aos normativos aplicáveis, a submissão de pedidos de pagamento e a apresentação de eventuais propostas de revisão da programação inicial), incluindo também a elaboração do Relatório Final da operação.

16. Desenvolvimento Social

16.1. Plano de Desenvolvimento Social do Algarve (PDSA)

O Plano de Desenvolvimento Social do Algarve 2023/2030, que resultou do trabalho realizado no contexto da AMAL e dos dezasseis municípios em estreita parceria com o Centro Distrital de Segurança Social de Faro, Instituto de Segurança Social IP., e um conjunto de outras entidades regionais, é um referencial estratégico que permite introduzir uma abordagem regional na intervenção, favorece a troca de experiências e a divulgação de boas práticas, promovendo a melhor utilização dos recursos.

Em 2025 pretende-se dar início às atividades que cada um dos grupos de trabalho adstritos aos programas considerem pertinentes, tendo em atenção os objetivos que sejam delineados em conformidade com o que se pretende em cada programa, nomeadamente:

1- Estratégia Regional para o Acesso à Habitação

A habitação é um dos temas mais preocupantes a nível regional e, não obstante, todos os Municípios do Algarve terem uma Estratégia Local de Habitação, é primordial um

planeamento de âmbito regional que promova o acesso digno à habitação, compatível com os rendimentos das pessoas.

9. A
Ora
dub

2- Programa Regional de Apoio à Infância

A criação deste programa pretende garantir uma infância digna a todas as crianças da região, em particular àquelas que estão em situação de pobreza, nomeadamente às 10.973 que, em 2022, se encontravam em situação de pobreza extrema, promovendo o acesso à saúde, à alimentação, a creches e jardins-de-infância, proporcionando condições para que as crianças da região usufruam de uma infância cuidada e feliz.

3- Programa Regional de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar

A educação é o pilar de uma sociedade desenvolvida, promovendo a aprendizagem de diferentes matérias e comportamentos estruturantes para a criação de uma sociedade melhor. Assim, evitar o abandono escolar e promover uma educação de qualidade é uma prioridade da região e deste programa que visa contribuir para que todas as crianças e jovens possam terminar o seu percurso escolar com sucesso.

4- Estratégia Regional de Combate à Pobreza

O panorama no referente à pobreza e/ou exclusão social na região algarvia é preocupante e exige uma reflexão e um trabalho profundo, multifacetado e persistente, que promova a erradicação destes problemas de forma sustentável. Neste sentido é necessário promover medidas/respostas integradas, efetivas e multidimensionais que contribuam para a diminuição dos números existentes na região.

5- Programa Regional para a Igualdade de Género e Combate à Violência Doméstica

A região do Algarve não é alheia às inúmeras desigualdades que ainda hoje se verificam, em particular as existentes entre homens e mulheres. Tão pouco somos alheios ao terrível problema da violência doméstica (bem como outras formas de discriminação e violência). Assim, este programa pretende promover uma atuação a diversos níveis que diminua os fatores de risco e vulnerabilidade de quem se encontra nestas situações delicadas.

6- Programa Regional para a Integração de Migrantes

A necessidade deste programa decorre do grande peso que a população imigrante tem no total da população residente e que se perspectiva continue a aumentar. Esta situação traz um

conjunto muito diversificado de desafios e respostas que a região tem que atender. Assim é primordial preparar respostas para a integração destes migrantes, contemplando as diversas dimensões que permitem uma integração plena.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Departamento de Fundos Comunitários, Ordenamento do Território e Sustentabilidade

17. Inova Juntos

O projeto “Inova Juntos – Cooperação Urbana Triangular para Inovação e Sustentabilidade” visa responder à necessidade de fortalecimento da capacidade das autoridades locais para a implementação de políticas públicas inovadoras e sustentáveis no Brasil, noutros países da América Latina e em Portugal.

A intervenção prevista ambiciona auxiliar as cidades brasileiras, latino-americanas e portuguesas na busca da inovação na promoção do desenvolvimento urbano sustentável.

O projeto pretende, assim, mapear as melhores práticas de gestão dos territórios, em contextos de progressiva complexidade, e criar um espaço de cooperação que permita a sua partilha e socialização entre decisores políticos e quadros técnicos das instituições.

A AMAL partilha a sua experiência de elaboração e de implementação do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas e em outras políticas públicas e projetos intermunicipais.

18. Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da AMAL (PIAAC-AMAL). Planos de Ação Climática

O Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da AMAL (PIAAC-AMAL), apresentado em 2019, está alinhado com os principais objetivos da Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas (EEAAC) e da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC2020).

O Plano procura preparar o território e a população algarvia para os efeitos das mudanças do clima, sustentado na procura continuada do conhecimento científico e das melhores práticas ambientais. Trata-se de um instrumento ao serviço dos municípios do Algarve, dotando-os de estratégias municipais e intermunicipais.

Decorrente da Lei de Bases do Clima, e na sequência da elaboração do PIAAC-AMAL, cabe à AMAL a elaboração do Plano Intermunicipal de Ação Climática (PIAC-AMAL), que consiste, por um lado, na

revisão do PIAAC-AMAL, através da inclusão das medidas de mitigação, mas também da integração de outras áreas tidas como relevantes na esfera das alterações climáticas.

Por deliberação do Conselho Intermunicipal da AMAL, serão também elaborados os Planos Municipais de Ação Climática dos municípios de Alcoutim, Lagoa, São Brás de Alportel e Silves.

19. Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Loulé (EMAAC Loulé)

A AMAL integra a Comissão de Acompanhamento da EMAAC de Loulé.

20. Subcomissão Regional da Zona Sul, da Comissão de Gestão de Albufeiras

No âmbito do Decreto-Lei n.º 21/98, de 3 fevereiro, a AMAL integra a subcomissão Regional da Zona Sul, da Comissão de Gestão de Albufeiras.

21. Grupo de trabalho das entidades gestoras dos sistemas de abastecimento de água em baixa do Algarve

A AMAL integra o grupo de trabalho composto por técnicos das entidades gestoras dos sistemas de abastecimento de água do Algarve, que reúne periodicamente.

22. Grupo de trabalho sobre o Plano de Salvaguarda da Dieta Mediterrânica

A AMAL integra o grupo de trabalho sobre o Plano da Salvaguarda da Dieta Mediterrânica que reúne periodicamente.

23. Grupo de trabalho sobre a temática Sistemas Alimentares Sustentáveis “Alimentar cidades sustentáveis”

A AMAL participa num grupo de trabalho sobre a temática dos Sistemas Alimentares Sustentáveis integrada na Rede Nacional para a Alimentação Equilibrada e Sustentável.

24. Comissão de Acompanhamento para a implementação do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve

No quadro do protocolo de colaboração entre a A.P.A., a AMAL, o Fundo Ambiental, a Águas do Algarve e a D.G. Desenvolvimento Rural, para a criação e funcionamento da Comissão de Acompanhamento do Investimento “Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve”, enquadrado na Componente C9 – Gestão Hídrica do PRR, participamos nas reuniões da Comissão.

25. Carta “Missão Adaptação às Alterações Climáticas”

Rede promovida pela Comissão Europeia, através da qual a região do Algarve faz parte de uma comunidade de práticas em matéria de adaptação às alterações climáticas e tem a oportunidade de trabalhar em rede e partilhar conhecimento com outras regiões e comunidades na Europa.

A AMAL é beneficiária da assistência técnica fornecida gratuitamente aos signatários da Missão Adaptação que demonstrem esse interesse, através da plataforma MIP4Adapt (Mission Implementation Platform). A AMAL recebe apoio na identificação de programas que financiem ações previstas no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Algarve (PIAAC-AMAL), bem como na elaboração de uma candidatura, desde a sua génese até à submissão da mesma. Receberá também apoio técnico para a promoção do envolvimento da população e dos atores-chave na adaptação às alterações climáticas.

Também através da plataforma MIP4Adapt, a AMAL encontra-se envolvida no programa de *peer learning*, que envolve a partilha de experiências e boas práticas entre signatários da Missão Adaptação.

26. PRR – Gestão da Medida SM1 – Reduzir perdas de água no setor urbano

A AMAL assinou um contrato de financiamento com a Estrutura de Missão do Recuperar Portugal (EMRP), no valor atual de 43,9 milhões de euros para, na qualidade de Beneficiário Intermediário, concretizar e operacionalizar o Investimento RE-C09-i01.01: “Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM1 – Reduzir perdas de água no setor urbano”, através do financiamento (Next Generation EU) de operações executadas pelos Beneficiários Finais que são selecionadas, em regime de concorrência, por Avisos de Abertura de Concurso.

Os objetivos associados aquele contrato são:

- a) Conclusão das intervenções nas redes para reduzir as perdas de água (SM1) – 125 Km a concluir 1.º Trim.2026;
- b) Conclusão de um estudo que identifique zonas de maior potencial para a redução de perdas (SM1) - a concluir no 1.º Trim. 2022 (concluído);
- c) Redução dos volumes captados em sistemas naturais por via das medidas de eficiência e gestão circular dos recursos hídricos (contributo) em 2 hm3 (de um total de 15 hm3) até 1.º Trim 2026.

Em 2025 irá ainda dar-se início ao processo de monitorização do progresso na implementação de intervenções financiadas pela Medida SM1 e concluir um conjunto de vídeos alusivos ao investimento realizado na região apoiado pelo PPR de redução de perdas reais de água nos sistemas de abastecimento em baixa.

27. AGRO + EFICIENTE - "Valorização de recursos genéticos tradicionais, novas culturas e gestão de água de rega em contexto de alterações climáticas"

Este projeto tem como principal desígnio melhorar a utilização dos recursos hídricos e está a ser desenvolvido com base em duas estratégias principais: por um lado, o recurso a espécies e variedades mais adaptadas a um cenário de escassez de água e, por outro, a melhoria das práticas culturais, com utilização de técnicas de redução do consumo de água, nomeadamente a rega de precisão, a rega deficitária e gestão da cobertura de solo.

É um projeto em parceria com a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve (líder da parceria), Agrupamento de Alfarroba e Amêndoa, CRL; AIDA - Associação Interprofissional para o Desenvolvimento da Produção e Valorização Alfarroba; Associação In Loco - Associação de Desenvolvimento Local; COTHN-CC - Centro Operativo Tecnológico Hortofrutícola Nacional – Centro de Competências; FRUSOAL Frutas de Sotavento Algarve, Lda; FULGUR IT, Lda; MilPlantas-Produção e Comercialização de Plantas Lda; Nutribean, Lda e Universidade do Algarve.

Tem previsto as seguintes atividades:

- Atividade 1 - Gestão da água em contexto de alterações climáticas;
- Atividade 2 - Estudo e valorização de sistemas de cultivo de fruteiras tradicionais;
- Atividade 3 - Valorização de recursos genéticos;
- Atividade 4 - Estudo com espécies adaptadas às alterações climáticas;
- Atividade 5 - Ações de promoção e divulgação de boas práticas agrícolas.

À AMAL caberá colaborar na Atividade 5.

28. Cogestão do Parque Natural da Ria Formosa (PNRF) e da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e V.R.S.A (RNSCMVRSa)

Protocolos de cooperação técnica e financeira que têm por objeto regular os termos da colaboração técnica e financeira entre o Fundo Ambiental, a AMAL e o ICNF, I. P., garantindo o apoio técnico e operacional dedicado em exclusividade à promoção, desenvolvimento e execução do modelo de cogestão do PNRF e da RNSCMVRSa.

A AMAL, representada pela Câmara Municipal de Faro e pela Câmara Municipal de Castro Marim, preside, respetivamente, aquelas Comissões e apoia tecnicamente o funcionamento das mesmas.

A AMAL promoverá a elaboração e execução do plano de comunicação relativo aquelas duas áreas protegidas o qual integra um programa de ações diretamente ligadas à comunicação e sensibilização, que visam concretizar a estratégia prevista nos planos de cogestão: valorizar e promover as áreas

protegidas, sensibilizar a população, os seus visitantes e os agentes económicos e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores, contribuindo para os objetivos de conservação da natureza e de proteção da biodiversidade.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

29. RecolhaBio

Protocolos de colaboração técnica e financeira, assinados com o Fundo Ambiental no âmbito do “Programa RecolhaBio - Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos”.

Cabe à AMAL a análise, avaliação e acompanhamento de candidaturas que visem a redução da deposição de resíduos em aterro e que contribuam para a recolha seletiva de biorresíduos.

A dotação do Programa para o Algarve para o ano de 2024 é de 2 726 280,00 euros.

30. PAPERSU

Em 2023 - 2024, a AMAL coordenou a realização de um único Plano de Gestão de Resíduos - “Plano Intermunicipal de Gestão de Resíduos” (PAPERSU dos municípios do Algarve), alinhado com as estratégias e metas definidas a nível nacional, assim como com a do respetivo Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU), conforme previsto no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 (PERSU 2030).

Concluído o Plano, a AMAL irá monitorizar a execução do mesmo.

31. Plano de Ação para a Economia Circular

O Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (PAEC) foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, de 11 de dezembro com vista ao aumento da circularidade na utilização de matérias-primas e produtos, em particular nos setores mais consumidores de recursos e simultaneamente com maior potencial de reconfiguração de processos de produção.

Tendo sido já elaborado um Plano de Ação Regional para os Resíduos de Construção e Demolição (RCD) pela CCDR-Algarve, cabe agora à AMAL a elaboração de um Plano de Ação para os principais fluxos de resíduos gerados pelos municípios, como sendo os biorresíduos e restantes fluxos que integram a recolha seletiva. Este plano está previsto na estratégia sub-regional definida ao nível da NUTS III e dinamizada pela Comunidade Intermunicipal do Algarve no âmbito do Instrumento Territorial Integrado (ITI – CIM) contratualizado com a Autoridade de Gestão do Programa Regional ALGARVE 2030.

32. Plano de Ação para definição de sistemas de otimização no processo de recolha de resíduos

*f. A
202
2023*

O Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030) determina a obrigatoriedade da aplicação de sistemas PAYT (pay as you throw) ou equivalentes, junto do comércio, restauração e indústria a partir de janeiro de 2025 e de 2030 a todos os consumidores, sendo por esse motivo necessária a dissociação da tarifa de resíduos do consumo da água, por forma a incentivar a separação seletiva dos resíduos.

Neste âmbito, a AMAL pretende promover a elaboração de um plano de ação para a definição de sistemas de otimização no processo de recolha de resíduos dos seus municípios, dando-se particular enfoque à definição de um modelo tarifário para este setor e a realização de ações de benchmarking. Este plano está previsto na estratégia sub-regional definida ao nível da NUTS III e dinamizada pela Comunidade Intermunicipal do Algarve no âmbito do Instrumento Territorial Integrado (ITI – CIM) contratualizado com a Autoridade de Gestão do Programa Regional ALGARVE 2030.

33. Rede Regional de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Algarve (Rede INVESTALGARVE)

A Rede Regional INVESTALGARVE é uma parceria à escala regional entre entidades públicas e privadas, promovida pela AMAL, criada em 2015, para o desenvolvimento de um trabalho de articulação, de facilitação e de estímulo à atividade económica na região, de acordo com um plano de ação que resultou de um diagnóstico efetuado e que caracterizou o tipo de apoio que cada entidade presta no desenvolvimento da atividade económica da região.

Objetivos que pretendemos dar continuidade:

- a) Continuar a promover a articulação entre os vários atores regionais em matéria de apoio ao desenvolvimento económico na região;
- b) Continuar a desenvolver uma política de comunicação e divulgação do INVESTALGARVE, com a realização de ações de capacitação dos agentes da Rede, com a promoção de atividades dirigidas aos empresários e potenciais investidores na região e com a produção de informação relativa a oportunidades e tendências de mercado e políticas de desenvolvimento económico.

34. Rede de Apoio ao Investidor da Diáspora (RAID)

A AMAL integra a Rede de Apoio ao Investidor da Diáspora (RAID), no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora (PNAID), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2020, de 18 de agosto.

35. Algarve Mais Digital 2.0

Plano de ação a elaborar pela AMAL no contexto da continuação do Projeto “Algarve + Digital” focado na redução de custos de contexto, prevendo o apoio a iniciativas diferenciadas (e.g. processo de licenciamento urbano digital, desmaterialização de processos internos, serviços web/online aos cidadãos e empresas e cibersegurança). Está previsto como projeto a ser promovido pelos municípios no quadro da estratégia sub-regional definida ao nível da NUTS III e dinamizada pela Comunidade Intermunicipal do Algarve no âmbito do Instrumento Territorial Integrado (ITI – CIM) contratualizado com a Autoridade de Gestão do Programa Regional ALGARVE 2030.

36. Plano Nacional para a Alimentação Equilibrada e Sustentável (PNAES)

A convite das associações In Loco, Terras do Baixo Guadiana e Vicentina, a AMAL integra a parceria desta candidatura apresentada ao Programa “Assistência Técnica PDR 2020 – Área 4 – Observação da agricultura e dos territórios rurais – Área temática Inovação”, para a divulgação regional do PNAES, através de realização de diversas atividades de educação alimentar.

A AMAL, para além de acompanhar o projeto ao longo da sua execução, é responsável pela realização do seminário final.

37. REVITALGARVE - “Revitalização de zonas rurais do Algarve: resiliência e inovação na criação de sistemas alimentares territoriais”

Projeto aprovado no PRR, que visa promover a revitalização de zonas rurais do Algarve, através da implementação de metodologias que irão privilegiar abordagens integradas destinadas a reforçar um sistema alimentar territorial. Pretende intervir nas áreas da produção, processamento, distribuição, abastecimento, organização, comercialização e consumo de alimentos, com foco no apoio à pequena agricultura e à agricultura familiar, tem uma componente IDI (controlo de qualidade/segurança dos alimentos e de tecnologia alimentar), com o objetivo de criar condições para garantir a confiança dos consumidores na qualidade e origem dos produtos, com a ligação às instituições de investigação que integram a parceria (UAlg., DRAPAAlg - Pólos de Inovação Tavira e Patação) e Centro de Competências para a Dieta Mediterrânica (CCDM).

A AMAL colabora com os vários grupos de trabalho, sendo responsável, juntamente com as ADL's pela Elaboração de uma proposta de criação e implementação de um modelo de governança de Sistemas Alimentares Territoriais

38. Algarve Empreende 2026

Candidatura aprovada no Programa ALGARVE 2030 que tem como principal objetivo a promoção do empreendedorismo qualificado na região do Algarve.

Esta promoção será feita através do reforço da cooperação, das parcerias e das redes de apoio ao empreendedorismo qualificado, do apoio ao desenvolvimento de ideias inovadoras, de iniciativas empresariais e da criação de novas empresas e novos negócios que resultem de projetos de I&D, ou detenham uma componente forte de valorização do conhecimento, incluindo projetos intensivos em tecnologia e criatividade e da dinamização das áreas de intervenção definidas no Plano de Ação (Economia do Mar: Ostras, algas, halófitos e novas espécies de invertebrados; Recursos endógenos terrestres: alfarroba, citrinos, produtos da apicultura, batata-doce, vinho, plantas e flores e medronho).

Projeto em parceria com a Universidade do Algarve (promotor líder), NERA, ALGARVE EVOLUTION, ALGARVE STP e ANJE.

À AMAL cabe a elaboração do estudo identificação dos fatores críticos das incubadoras do Algarve, bem como a dinamização de sessões de capacitação no contexto atual da REDIAL – Rede de Incubadoras do Algarve.

39. RuralSilverHubs

A AMAL foi convidada a participar numa candidatura “RuralSilverHubs” a um Interreg SUDOE que reúne vários parceiros de Espanha (Diputación de Tarragona, Sociedad para el Desarrollo de la provincia de Brugos -SODEBUR; Fundación Finnova) de Portugal (Comunidade Intermunicipal do Ave - CIM do Ave e Cruz Vermelha) e de França (École Supérieure des Technologies Industrielles Avancées - ESTIA, Gérontopôle Nouvelle-Aquitaine e SilverOcc Clusterlab);

Esta candidatura propõe-se a desenvolver uma estratégia comum com um plano de ação, que identifique novos serviços e produtos direcionados para a população sénior nas áreas rurais de cada território. Serão desenvolvidas ações piloto (RS-Labs) na região de Terragona que posteriormente se pretende venham a ser replicadas nas restantes regiões das entidades que compõem este consórcio.

40. ALGARVE 2030 – ITI CIM

Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial assinado com a Autoridade de Gestão do Programa Regional do Algarve 2021-2027 (ALGARVE 2030) em 6 de agosto de 2024, pelo período de vigência daquele Programa, com uma dotação de 155,2 milhões de euros (M€), repartidos entre 152,1

M€ FEDER e 3,1 M€ FSE+, que promove o reforço da política de coesão através de uma governança multinível.

Aquela dotação será alocada à comparticipação de projetos na esfera da Administração Local, de acordo com um Plano de Ação assente em 3 eixos estratégicos:

- a) Eixo I – Algarve Mais Próximo
 - a. Digitalização na Administração Pública Local
 - b. Eficiência energética na Administração Local
 - c. Sistemas de monitorização, planeamento e alerta de proteção civil e gestão de riscos
 - d. Ações materiais de proteção dos territórios
 - e. Ciclo urbano da água em baixa
 - f. Gestão de resíduos em baixa
 - g. Infraestruturas de educação
 - h. Infraestruturas de cuidados de saúde primários
 - i. Mobilidade a pedido
 - j. Programa de requalificação de adultos
 - k. Programa intermunicipal de promoção do sucesso escolar
- b) Eixo II – Algarve Território Qualificado
 - a. Mobilidade ativa (ciclável e pedonal)
 - b. Cidades inteligentes
 - c. Infraestruturas verdes
 - d. Adaptação às alterações climáticas
 - e. Reabilitação e regeneração urbanas
 - f. Ecossistemas de inovação
- c) Eixo III – Algarve Território com Valor e Identidade
 - a. Proteção e conservação da natureza e biodiversidade
 - b. Valorização do património cultural
 - c. Qualificação dos espaços públicos
 - d. Refuncionalização de equipamentos coletivos para a valorização de ativos territoriais

A AMAL será beneficiária da Assistência Técnica do ALGARVE 2030 para assegurar o exercício das competências de gestão delegadas pela Autoridade de Gestão do Programa ALGARVE 2030.

41. EFHERA

O projeto EFHERA tem como foco otimizar o planeamento das ações pós-fogo para garantir a recuperação agroflorestal das áreas afetadas pelos GIF (grandes incêndios florestais). Este tipo de incêndios maciços afetam grandes áreas de floresta e são intensificados pelas alterações climáticas,

constituindo uma nova ameaça ao património natural da região SUDOE na próxima década. As ações do projeto EFHERA resultarão numa estratégia conjunta de ação pós-fogo, otimizada a partir de modelos hidromorfoecológicos digitais, com o objetivo final de minimizar a degradação do ambiente natural e a perda da diversidade agroflorestal.

for *A*
Clot
duz

42. Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal (GTFi)

A missão do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal (GTFi) visa contribuir para uma melhor articulação e funcionamento integrado dos gabinetes técnicos florestais municipais na sua área de intervenção, através da divulgação das políticas florestais, disponibilização e difusão de informação técnica de âmbito florestal, dando resposta à necessidade de coordenação e cooperação entre municípios para enfrentar desafios comuns relacionados com a gestão florestal e a prevenção de incêndios desempenhando um papel importante na proteção e conservação das florestas e ecossistemas naturais a nível regional.

Ainda com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, esta integração e busca contínua de haver uma posição comum e transversal à região no que respeita às autarquias locais, assume particular relevo na definição de um modelo de governança, no seu planeamento e execução, na definição de normas, de processos de articulação institucional, de organização e de intervenção na gestão integrada do fogo rural (GIFR), e relativas às diferentes fases da cadeia de processos (planeamento, preparação, prevenção, pré-supressão, supressão e socorro e pós-evento), etc..

43. FIREPOCTEP +

Projeto aprovado no Programa de Cooperação Transfronteiriça Interreg VI-A Espanha-Portugal 2021-2027 (POCTEP), com o apoio do FEDER.

Liderado pela Universidade de Vigo, o FIREPOCTEP+ (Paisagem resiliente face a grandes incêndios florestais: resposta a emergências, melhoria da interoperabilidade e reforço das capacidades operacionais e sociais face às alterações climáticas) tem um orçamento total de 3.322.468,75€, tem uma duração de três anos (01/01/2024 - 31/12/2026) e um total de 15 beneficiários de Espanha e Portugal, sendo a Comunidade Intermunicipal do Algarve – AMAL um deles.

No âmbito do projeto a AMAL encontra-se a elaborar o Plano Intermunicipal de Gestão de Combustíveis do Algarve (PIGC Alg). Este irá incluir, entre outros aspetos, ferramentas de simulação de comportamento do fogo e otimização de localização de tratamentos de combustível.

44. Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais

A AMAL, através do Presidente da Câmara Municipal de Monchique, é membro da Comissão Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais do Algarve.

45. BRIDGE

Projeto de investigação-ação participada iniciado em 2021, no concelho de Monchique, que visou unir o conhecimento tradicional das populações locais ao conhecimento científico, partindo do pressuposto que a comunidade é a condição central para as estratégias de redução do risco e que vai agora ser alargado aos municípios de Silves, Loulé, S. Brás de Alportel e Tavira, na sequência do contrato interadministrativo assinado entre a AMAL e Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P. (AGIF).

Cabe à AMAL estabelecer as parcerias necessárias para o sucesso do projeto e acompanhar os seus resultados.

46. Estudo de prescrição de fogo controlado para o Algarve

Apesar das reconhecidas vantagens e benefícios, a aplicação da técnica de fogo controlado continua a ser muito baixa, mesmo em territórios de produtividade marginal onde o fogo encontra o seu nicho de propagação preferencial.

Portugal é um dos países com mais experiência e conhecimento técnico e científico adquirido sobre fogo prescrito. No entanto, o seu uso baseia-se sempre em prescrições genéricas que tiveram por base dados recolhidos em fogos prescritos e experimentais essencialmente executados nas regiões Norte e Centro do país. No Sul o capital de conhecimento é muito mais escasso, e no que se refere aos matos, há variações assinaláveis nos intervalos a utilizar. A região do Algarve, pela variação das condições biofísicas ao longo do gradiente longitudinal combinada com as variações litológicas, apresenta uma variabilidade elevada nos complexos de combustível. Esta é uma das regiões do país onde, não só a técnica revela elevado potencial, mas onde a necessidade de alteração do regime de fogo, atualmente dominada por incêndios de muito elevada dimensão e severidade, é crítica. O Estudo de Prescrição de Fogo Controlado para o Algarve irá permitir ajustar as prescrições aos diferentes contextos locais (ecológicos e sócio-ecológicos) e conciliar objetivos relacionados com a aquisição de conhecimento técnico e científico, treino de operacionais e cumprimento de objetivos de gestão estratégica.

Está previsto como projeto a ser promovido pelos municípios no quadro da estratégia sub-regional definida ao nível da NUTS III e dinamizada pela Comunidade Intermunicipal do Algarve no âmbito do

Instrumento Territorial Integrado (ITI – CIM) contratualizado com a Autoridade de Gestão do Programa Regional ALGARVE 2030.

47. Risco Sísmico - Aquisição e instalação uniformizada do sistema de aviso (sirenes e sinalética)

A aquisição e instalação uniformizada do sistema de aviso (sirenes e sinalética) trata-se de um subprojecto relativo à atualização do estudo do risco sísmico e de tsunamis do Algarve, a ser promovido pela Autoridade Nacional e Emergência e Proteção Civil (ANEPC). Está previsto como subprojecto a ser promovido pelos municípios no quadro da estratégia sub-regional definida ao nível da NUTS III e dinamizada pela Comunidade Intermunicipal do Algarve no âmbito do Instrumento Territorial Integrado (ITI – CIM) contratualizado com a Autoridade de Gestão do Programa Regional ALGARVE 2030.

48. Implementação de um sistema integrado de videovigilância para deteção de incêndios rurais

Implementação de um sistema integrado de videovigilância para antecipar a deteção de incêndios rurais que permita reforçar a capacidade de monitorização em todas as áreas de risco do território regional e que promova um ataque inicial mais célere perante a ocorrência de uma ignição, em complemento à rede de postos de vigia já existentes. Está previsto como projeto a ser promovido pelos municípios no quadro da estratégia sub-regional definida ao nível da NUTS III e dinamizada pela Comunidade Intermunicipal do Algarve no âmbito do Instrumento Territorial Integrado (ITI – CIM) contratualizado com a Autoridade de Gestão do Programa Regional ALGARVE 2030.

49. Mobilidade Ativa

A mobilidade ativa assume-se com um dos fatores determinantes para o sucesso das cidades que se querem cada vez em torno das pessoas e do seu contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estando refletida nas políticas públicas nacionais e internacionais.

O seu alinhamento com as diferentes estratégias existentes, quer ao nível de uma mobilidade mais sustentável, combate a alterações climáticas até à promoção de um estilo de vida mais saudável, é notório nas diferentes oportunidades de financiamento nos programas regionais e outras linhas de financiamento europeu. Assim, torna-se premente o desenvolvimento e requalificação das infraestruturas pedonais e cicláveis que permitem criar condições de segurança para a prática da mobilidade ativa.

A Ecovia do Litoral assume-se como um traçado âncora nesta área, já que é a principal infraestrutura ciclável da região, com início em Vila Real de Santo António, prolongando-se até Sagres - concelho de

Vila do Bispo, sobre a qual assenta a maior rota europeia ciclável de longa distância, EuroVelo 1 – Rota da Costa Atlântica, atravessando 6 países com cerca de 11000 km. Na região do Algarve, esta rota desenvolve-se por 13 municípios, desde Vila Real de Santo António até Odeceixe, no concelho de Aljezur, com cerca de 300 km.

Pretende-se então:

- Acompanhamento, manutenção e monitorização regular da rede de contadores instalados ao longo da EuroVelo 1, com vista à elaboração de relatórios trimestrais e eventual aquisição de novos equipamentos;
- Realização de inquéritos sobre a mobilidade ativa na região;
- Elaboração de um Plano de Ação para a Mobilidade Ativa;
- Ações de sensibilização e *benchmarking*;
- Elaboração de um modelo de gestão da Ecovia do Litoral/ EuroVelo 1 no sentido da sua estruturação e afirmação como principal infraestrutura ciclável da região que permita, quer deslocações diárias de e para o trabalho, mas também como produto turístico de excelência.

50. SMOOTY – Sustainable mobility strategies in low-density áreas

A AMAL foi convidada a integrar a parceria de uma candidatura submetida ao INTERREG Europe que reúne parceiros de Itália (Provincia di Livorno), Polónia (Kujawsko-Pomorskie Voivodeship), Hungria (Vas County Government Office (VVÖH) e West Pannon Regional and Economic Development Public Nonprofit Ltd.), Irlanda (Southern Regional Assembly), Sérvia (Grad Zaječar), Finlândia (Oulu university of applied sciences) e Ucrânia (Association “Lviv Agglomeration”).

Esta candidatura visa dotar os parceiros no planeamento da mobilidade nos territórios de baixa densidade, tornando-os mais resilientes e atrativos na captação de investimento e novos residentes, com particular incidência nas deslocações motivadas pelo turismo de natureza (cycling & walking), através da identificação de um conjunto de medidas adaptadas às necessidades destes territórios.

51. ARI – Projeto Culatra & Armona

Projeto a desenvolver no quadro da candidatura formalizada ao Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (Ministério da Cultura) para Autorização de Residência para Investimento no setor cultural (ARI), em parceria com os municípios de Faro e Olhão, intitulada “Culatra & Armona”.

O projeto consiste num bailado que visa promover valores relacionados com a proteção ambiental, com forte presença de conceitos artísticos que promovem a consciencialização do público sobre os riscos naturais e sociais associados às alterações climáticas, com reflexo a curto e médio prazo.

52. Centro de Competências em Cibersegurança na região do Algarve

A AMAL integra uma candidatura, em consórcio com a Universidade do Algarve e o NERA para instalação de um Centro de Competências em Cibersegurança no Algarve. A referida candidatura iniciou-se em 1 de janeiro de 2024, termina a 31 de março de 2026, tendo sido o valor atribuído à AMAL de 80.725,60€. O financiamento previsto para o projeto é suportado pelo PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, com uma taxa de financiamento do Investimento de 100% do valor global elegível, até ao limite máximo de 573 446,32€ para a região do Algarve.

Departamento de Administração e Serviços Partilhados

53. Comunicação

Em 2025, continuar-se-á a apostar na área da comunicação, tanto a nível interno como externo, promovendo e divulgando as decisões e projetos da AMAL (tanto como entidade promotora ou como entidade parceira), tendo sempre como orientação as diretrizes de atuação enunciadas nas GOP, nomeadamente no que diz respeito à Mobilidade, Eficiência Hídrica, Adaptação às Alterações Climáticas, Área Social e Ordenamento do Território. Terá, também, continuidade a Campanha de Promoção/divulgação da Plataforma Intermunicipal de Eventos da região PÕE-TE A PAR (com recurso às redes sociais, anúncios publicitários, leds e outdoors e nos autocarros da VAMUS – Transportes do Algarve) e a promoção dos vídeos produzidos nos vários municípios do Algarve dando conta das obras a decorrer no âmbito da SM1- “Reduzir perdas de água no sector urbano”, gerida pela AMAL, incluída no “Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve” e inscrita no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

No que diz respeito aos canais de comunicação institucionais (site, página de FB, LinkedIn), os conteúdos continuarão a ser definidos, semanalmente, para que seja possível a continuidade e atualidade na promoção e dinamização dos mesmos.

A par da atualização dos conteúdos dos canais de comunicação, continuarão a ser desenvolvidas várias tarefas na área da comunicação, nomeadamente:

- Recolha de informação e tratamento de textos para notas de imprensa sobre assuntos/projetos transversais à AMAL;
- Marcação e/ou acompanhamento de entrevistas e preparação de respostas (em articulação com os responsáveis das respetivas áreas) a questões colocadas pelos órgãos de comunicação social;
- Recolha de informação para intervenções dos dirigentes da AMAL em iniciativas públicas; organização de iniciativas/eventos: Apresentações Públicas, Seminários, Jornadas;

- Acompanhamento, participação/elaboração e execução dos Planos de Comunicação em várias candidaturas/projetos conduzidas(os) pela AMAL.

54. Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Algarve- BIBAL

A área da comunicação da AMAL continuará, também, a acompanhar as reuniões mensais e necessidades da BIBAL, promovendo-a, e assegurando alguns dos serviços que disponibiliza à comunidade, ao longo do ano (sendo sempre o enfoque da divulgação/promoção baseado nas redes sociais). 2025 será também o ano da consolidação da implementação da medida de investimento C04-i01-m01 – Modernização da Infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais da componente de investimento RE-C04-i01 - Redes Culturais e Transição Digital do Plano de Recuperação e Resiliência (diz concretamente respeito à aquisição de equipamentos informáticos e catálogo integrado para as bibliotecas municipais pertencentes à Rede Nacional de Bibliotecas Públicas – 13 no Algarve). Em 2025 a AMAL também irá garantir a continuidade do serviço PressReader, que disponibiliza a todos os leitores das bibliotecas municipais a consulta gratuita de cerca de 7000 mil títulos de imprensa nacional e internacional. Está igualmente prevista a criação de um site regional exclusivo para as bibliotecas do Algarve, a ser participado, até aos 50%, pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas Públicas, através do PADES - Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços.

55. AMAL- Digitalização e Cibersegurança

A CI-AMAL é um organismo no qual os seus associados depositam expectativas para apoiar e gerir o que são considerados temas de interesse comum e neste sentido assume um papel preponderante na comunicação entre municípios e também como motor das dinâmicas regionais. Para além da gestão interna natural da organização, a gestão de projetos intermunicipais e transportes regionais assumem-se como as grandes áreas de responsabilidade da CI-AMAL.

Ao longo destes últimos anos, internamente, fez uma transformação digital na gestão documental, partilha de documentos em cloud, trabalho em mobilidade, etc. que geram ganhos em eficiência, mas levantam outros desafios, tais como cibersegurança, análise de dados ou interoperabilidade entre aplicações.

Com este projeto pretende-se otimizar processos de gestão suportados por sistemas informáticos que façam da CI-AMAL um organismo pioneiro na experimentação e avaliação de tecnologias e metodologias de trabalho. Que adote metodologias de gestão atuais que permitam auto-avaliar continuamente a organização em todas as suas vertentes e planejar estrategicamente o seu futuro com base em dados conhecidos. A CI-AMAL deverá ser impulsionadora da mudança e inovação a nível regional com uma cultura organizacional consciente da importância da partilha e análise da informação que produz.

Por fim, pretende-se também que todos os sistemas informáticos e trabalhadores da CI-AMAL fiquem preparados para evitar quebras e identificar falhas de segurança, assim como, repor os sistemas em funcionamento num tempo aceitável evitando perdas de dados.

Este projeto divide-se em 7 atividades:

- **1º Reengenharia de processos**

Otimização de processos administrativos e quando justificável suportados por plataformas informáticas.

- **2º Partilha de informação interna e externa**

Instalação de plataforma de gestão de conteúdos para intranet. Identificação e publicação de dados de interesse público na internet. Adoção de bases de conhecimento como repositórios de informação de interesse específico da organização.

- **3º Análise de gestão**

Adoção de ferramentas de análise de gestão e de apoio à decisão.

- **4º Cibersegurança**

Obtenção do selo de Maturidade Digital - Cibersegurança nível Prata emitido pelo Instituto Português de Acreditação e o Instituto Português da Qualidade.

- **5º Sistemas informáticos**

Implementação de redundância de sistemas e plataformas de virtualização. Nesta fase deveremos ter sistemas de virtualização que nos permitam implementar todos os servidores necessários para a conclusão do projeto e garantir redundância e segurança dos sistemas de informação.

- **6ª Gestão de projeto**

Constituição da equipa de gestão de projeto.

- **7ª Comunicação**

Divulgação e discussão interna do projeto. Divulgação externa e adaptação de imagem.

- **8ª Capacitação**

Cada uma das atividades do projeto engloba em algum momento um período de formação com maior ou menor grau de especialização. Os momentos de formação serão fundamentais para consolidar o uso correto das tecnologias, mas também para cimentar boas práticas que se venham a adotar.

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2025

Euros

Objetivo [1]	Número do projeto [2]	Designação do projeto [3]	Rubrica orçamental [4]	Forma de realiz. [5]	Fonte de Financiamento				Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec. [12]	Realizado em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do per. t-1 [14]	Pagamentos					Total previsto [21] = [ND] + [13] + ... + [20]		
					RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]	Financiam. não definido [ND]	Períodos seguintes											
										Início [10]				Fim [11]	2025 [15]	2026 [16]	2027 [17]	2028 [18]		2029 [19]	2030 e seg. [20]
Obj	Prog	Ano / N.º	Ação																		
1		Funções Gerais																			
1	111	Administração Geral																			
1	111	2018/1																			18 450
1	111	2018/1	1/21	ATI - Autoridade de Transportes intermunicipal	03	070108					01/2021	12/2025	4			18 450					18 450
1	111	2018/1	2/21	Plataforma de Informação da Mobilidade do Algarve	03	020220					100 365	01/2021	12/2028	0		39 048	55 258	15 500	6 000		222 171
1	111	2018/1	3/23	Trabalhos especializados	03	020214					01/2023	12/2028	0	35 670		259 051	113 047	76 811	12 669		497 248
1	111	2018/1	4/21	Consultoria	03	010107					01/2021	12/2028	3	29 900	6 723	56 590	72 324	40 836	10 066	1 968	218 417
1	111	2018/1	5/22	Contratos em regime de avença	03	020205					01/2021	12/2028	0			4 480	4 480	4 480	4 480		22 400
1	111	2018/1	6/21	Locação de servidores	03	020208					01/2021	12/2028	0			34 800	18 400	3 000	3 000		111 200
1	111	2018/1	7/23	Locação de outros bens	03	020208					01/2021	12/2028	0			18 450	23 087	23 087	23 087	18 450	106 161
1	111	2018/1	8/21	Assistência técnica e manutenção	03	020219					01/2023	12/2028	0			74 508	21 000	2 000	2 000		123 008
1	111	2018/1	9/23	Software informático	03	070108					21 500	01/2021	12/2028	0			1 000	1 000	1 000	1 000	4 500
1	111	2018/1	10/23	Campanhas promocionais e publicidade	03	020217					500	01/2023	12/2028	0							300
1	111	2018/1	11/23	Taxas de registo	03	06020101					300	01/2023	12/2028	0		200	200	200	200		1 100
1	111	2018/1	12/24	Registo de propriedade industrial	03	070113					300	01/2023	12/2028	0		15 375	30 750	30 750	15 375		92 250
1	111	2020/1		Serviço de transportes	03	020210					01/2024	12/2028	0								
1	111	2020/1	1/22	Incentivos à utilização de transporte público	03	04080202					06/2022	12/2028	0			11 463 546	7 769 336	7 830 000	7 830 000		34 892 892
1	111	2020/1	2	Redução tarifária no transporte público																	
1	111	2020/1	2/1/24	Densificação e reforço da oferta de transporte público	03	04050101					01/2024	12/2028	0			50	50	50	50	50	250
1	111	2020/1	2/2/24	Financiamento de ações da competência das autoridades de transporte municipais	03	050103					01/2024	12/2028	0			1 739 600	1 108 997	50	50	50	2 848 747
1	111	2020/1	3/24	Obrigações de serviço público no âmbito do contrato de concessão	03	050103					01/2024	12/2028	0			50	50	50	50	50	250
1	111	2021/6		Outras obrigações de serviço público																	
1	111	2021/6	1/21	SM1 - Reduzir perdas no setor urbano																	
1	111	2021/6	2/21	Consultoria	03	020214		36 882	160 348		06/2021	12/2025	0			98 615	98 615				197 230
1	111	2024/1		Trabalhos especializados	03	020220		4 998	21 730		06/2021	12/2025	0	2 952	5 904	17 872					26 728
1	111	2024/1	1/24	Aquisição de bens e serviços (Contratação plurianual)																	
1	111	2024/1	2/24	Encargos das instalações	03	020201					01/2024	12/2028	0			34 500	28 500	29 500	31 600	33 520	157 620
1	111	2024/1	3/24	Serviços de limpeza	03	020202					01/2024	12/2028	0			46 000	25 000	27 000	29 000	32 000	159 000
1	111	2024/1	4/24	Conservação, reparação e beneficiação	03	020203					01/2024	12/2028	0			18 700	16 250	13 800	8 250	8 250	65 250
1	111	2024/1		Locação de edifícios	03	020204					01/2024	12/2028	3			42 150	44 000	45 000	32 500	17 200	180 850

[Handwritten signature]

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2025

Euros

Objetivo	Número do projeto		Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realiz.	Fonte de Financiamento				Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado em períodos anteriores	Estimativa de realização do per. t-1	Pagamentos					Total previsto				
	[1]	[2]				[3]	[4]	[5]	RG [6]	RP [7]	UE [8]				EMPR [9]	Financiam. não definido [ND]	[Mês/Ano]		Períodos seguintes					
																	Início [10]	Fim [11]	2025 [15]		2026 [16]	2027 [17]	2028 [18]	2029 [19]
Obj.Prog.	Ano / Nº	Ação																						
Funções Gerais																								
Administração Geral																								
1	111																							
1	111	2024/1	5/24	03	020205	0					01/2024	12/2028	0		9 625	9 610	9 610	9 610	9 610	48 065				
1	111	2024/1	6/24	03	020206	0					01/2024	12/2028	3	9 431	32 000	32 000	27 600	17 400	17 400	137 590				
1	111	2024/1	7/24	03	020208	0					01/2024	12/2028	0		42 000	37 500	37 500	40 000	40 000	194 500				
1	111	2024/1	8/24	03	020209	0					01/2024	12/2028	3		14 500	9 150	9 650	10 350	12 100	55 750				
1	111	2024/1	9/24	03	020210	0					01/2024	12/2028	0		500	500				1 000				
1	111	2024/1	10		Representação dos serviços																			
1	111	2024/1	10/1/24	02	020211	0					01/2024	12/2028	0		1 500					1 500				
1	111	2024/1	10/2/24	03	020211	0					01/2024	12/2028	0		2 500					2 500				
1	111	2024/1	11		Seguros																			
1	111	2024/1	11/1/24	03	01030901	0					01/2024	12/2028	3	10 194	15 250	9 100	8 000	8 760	9 635	64 337				
1	111	2024/1	11/2/24	03	020212	0					01/2024	12/2028	0		2 750	2 250	2 750	3 000	3 200	13 950				
1	111	2024/1	12		Deslocações e estadas																			
1	111	2024/1	12/1/24	02	020213	0					01/2024	12/2028	0	5 216	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	35 216				
1	111	2024/1	12/2/24	03	020213	0					01/2024	12/2028	0	6 497	22 413	16 250	16 250	16 250	16 250	94 027				
1	111	2024/1	13/24	03	020214	0					75 400	01/2024	12/2028	0	72 000	128 050	128 050	119 450	101 500	624 450				
1	111	2024/1	14		Formação																			
1	111	2024/1	14/1/24	02	020215	0					01/2024	12/2028	0		2 000	2 000	2 000	2 000	2 000	10 000				
1	111	2024/1	14/2/24	03	020215	0					01/2024	12/2028	0		6 500	4 000	4 000	4 000	4 000	22 500				
1	111	2024/1	15/24	03	020217	0					01/2024	12/2028	0		22 800	10 500	10 500	10 500	10 500	64 800				
1	111	2024/1	16/24	03	020218	0					01/2024	12/2028	0		4 150	4 150	4 150	4 150	4 150	20 750				
1	111	2024/1	17/24	03	020219	0					2 460	01/2024	12/2028	0	51 000	52 250	40 000	35 800	35 800	217 310				
1	111	2024/1	18/24	03	020220	0					127 675	01/2024	12/2028	0	163 500	231 000	166 000	150 000	117 650	955 825				
1	111	2024/1	19/24	03	020225	0					01/2024	12/2028	0		5 500	5 000	4 100	4 100	4 100	22 900				
1	111	2024/1	20/24	03	010107	0					01/2024	12/2028	3		62 560	50 100	50 100	35 350	35 350	233 460				
1	111	2024/1	21		Combustíveis e lubrificantes																			
1	111	2024/1	21/1/24	03	02010201	0					01/2024	12/2028	3		31 900	18 285	17 215	18 940	20 830	107 170				
1	111	2024/1	21/2/24	03	02010202	0					01/2024	12/2028	3		23 425	10 335	4 725	5 195	5 715	49 395				



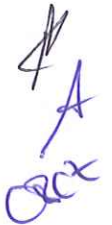

h A Oct 1977

Pág. 3/7

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2025

Euros

Objetivo	Número do projeto [2]	Designação do projeto [3]	Rubrica orçamental [4]	Forma de realiz. [5]	Fonte de Financiamento					Datas (Mês/Ano)		Realizado em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do per. t-1 [14]	Pagamentos					Total previsto [21] = [ND] + [13] + ... + [20]
					RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]	Financiam. não definido [ND]	Início [10]	Fim [11]			2025 [15]	2026 [16]	2027 [17]	2028 [18]	2029 [19]	
Obj Proq	Ano / N.º Ação																		
1		Funções Gerais																	
1 111		Administração Geral																	
1 111	2024/2	2/24 Consultoria	03 020214	O						01/2024	12/2028	0		200	200	200	200	200	1 000
1 111	2024/2	3/24 Locação de salas de formação	03 020204	O						01/2024	12/2028	0		500	500	500	500		2 000
1 111	2024/2	4/24 Realização de seminários e similares	03 020216	O						01/2024	12/2028	0		2 000	2 000				4 000
1 111	2024/2	5 Candidatura "+ Qualificação"																	
1 111	2024/2	5/1/25 Formadores e trabalhos especializados	03 020220	O		272 000	408 000			01/2025	12/2028	0		80 000	200 000	200 000	200 000		680 000
1 111	2024/2	5/2/25 Locação de salas de formação	03 020204	O		1 200	1 800			01/2025	12/2028	0		500	1 000	1 000	500		3 000
1 111	2024/2	5/3/25 Aquisição de material de escritório/pedagógico	03 020108	O		1 400	2 100			01/2025	12/2028	0		1 500	500	500	1 000		3 500
1 111	2024/2	5/4/25 Consultoria	03 020214	O		1 000	1 500			01/2025	12/2028	0		1 000	500	500	500		2 500
1 111	2024/3	Central de Compras																	
1 111	2024/3	1/24 Consultoria	03 020214	O						01/2024	12/2028	3	24 477	24 477	24 477	24 477	24 477	24 477	146 882
1 111	2024/3	2/24 Publicação de anúncios	03 020217	O						01/2024	12/2028	0		1 500	1 500	1 500	1 500	1 500	7 500
1 111	2024/3	3/24 Suporte, manutenção e atualização da plataforma da Central de Compras	03 020219	O						01/2024	12/2028	2	3 690	4 305	4 305	4 305	4 305	4 305	28 905
1 111	2024/3	4/25 Realização de seminários e similares	03 020216	O					7 000	01/2025	12/2025	0							7 000
1 111	2024/4	FIREPOCTEP+																	
1 111	2024/4	1/24 Estudos e consultoria	03 020214	O		28 000	84 000			01/2024	12/2026	0	40 000	20 000	12 000				112 000
1 111	2024/4	2/24 Trabalhos especializados	03 020220	O		5 904	17 712			01/2024	12/2026	0		11 000	12 616				23 616
1 111	2024/4	3/24 Organização de eventos	03 020216	O		2 500	7 500			01/2024	12/2026	0		3 500	6 500				10 000
1 111	2024/4	4/24 Deslocações e estadas	03 020213	O		752	2 258			01/2024	12/2026	0		1 505	1 505				3 010
1 111	2024/5	EFHERA																	
1 111	2024/5	1/24 Trabalhos especializados	03 020220	O		27 975	83 925			01/2024	12/2026	0		5 085	54 605	52 200			111 900
1 111	2024/5	2/24 Deslocações e estadas	03 020213	O		1 268	3 805			01/2024	12/2026	0		1 691	1 691	1 691			5 073
1 111	2024/6	Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Algarve																	
1 111	2024/6	1/24 Site regional de bibliotecas do Algarve	03 020220	O					18 450	01/2024	12/2028	0			6 150	6 150			30 750
1 111	2024/6	2/24 Subscrição anual do serviço PressReader	03 020208	O						01/2024	12/2028	0		23 002	23 002	23 002			69 006
1 111	2024/9	BRIDGE - 2.ª Fase																	
1 111	2024/9	1/24 Trabalhos especializados	03 020220	O						04/2024	12/2025	0		94 000	23 500				117 500
1 111	2024/9	2/24 Transferências para os municípios	03 04050101	O						01/2024	12/2025	0		5 000	2 500				7 500
1 111	2024/10	Algarve Empreende 2026																	


Objetivo [1]	Número do projeto [2]	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realiz.	Fonte de Financiamento						Fases de Exec.	Pagamentos					Total previsto [21] = [ND] + [13] + ... + [20]				
									Financiam. não definido			Períodos seguintes									
					RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]	Início [10]	Fim [11]		Realizado em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do per. t-1 [14]	2025 [15]	2026 [16]	2027 [17]		2028 [18]	2029 [19]	2030 e seg. [20]	
Obl.Prog.	Ano / N°	Ação	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[ND]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]

Funções Gerais																	
Administração Geral																	
1	1	111															
1	1	111	2024/10	1/24	Consultoria	03	020214	O		18 450	43 050	0	43 050	18 450	61 500		
1	1	111	2024/10	2/24	Trabalhos especializados	03	020220	O		9 696	22 623	0	22 623	9 696	32 315		
1	1	111	2024/10	3/25	Realização de seminários	03	020216	O		923	2 153	0	2 153	923	3 075		
1	1	111	2024/12		Plano de ação - Portugal + Digital												
1	1	111	2024/12	1/24	Estudos e consultoria	03	020214	O				322 011	04/2024	12/2025	0	483 017	805 025
1	1	111	2024/13		Plano de ação - Otimização no processo de recolha de resíduos												
1	1	111	2024/13	1/24	Estudos e consultoria	03	020214	O				500 000	04/2024	12/2025	0		500 000
1	1	111	2024/13	2/25	Deslocações e estadas	03	020213	O				3 000	01/2025	12/2026	0		3 000
1	1	111	2024/14		Plano de ação - Economia circular												
1	1	111	2024/14	1/24	Estudos e consultoria	03	020214	O				285 519	04/2024	12/2025	0	122 364	407 885
1	1	111	2024/15		Mobilidade Ativa												
1	1	111	2024/15	1/24	Ecovia de Litoral/EUROVELO 1 - Modelo de gestão	03	020214	O				233 333	04/2024	12/2025	0	100 000	333 333
1	1	111	2024/15	2	Rede de monitorização												
1	1	111	2024/15	2/125	Assistência técnica	03	020219	O				01/2025	12/2029	0	7 500	7 500	37 500
1	1	111	2024/15	2/225	Software informático	03	070108	O				01/2025	12/2029	0	5 000	5 000	25 000
1	1	111	2024/15	2/325	Outros investimentos	03	070115	O				01/2025	12/2029	0	20 000	10 000	65 000
1	1	111	2024/15	2/4/25	Aquisição de outros bens	03	020121	O				01/2025	12/2029	0	1 000	1 000	5 000
1	1	111	2024/15	3/25	Estudos e consultoria	03	020214	O				70 000	01/2025	12/2026	0	70 000	140 000
1	1	111	2024/15	4/25	Trabalhos especializados	03	020220	O				10 000	01/2025	12/2026	0	10 000	20 000
1	1	111	2024/16		Planos de ação climática												
1	1	111	2024/16	1/24	Estudos e consultoria	03	020214	O		77 712	116 567		04/2024	12/2025	0	30 000	194 271
1	1	111	2024/16	2/25	Trabalhos especializados	03	020220	O		33 520	50 280		01/2025	12/2025	0	10 000	83 800
1	1	111	2024/17		Sensibilização e comunicação de processos de gestão das áreas protegidas												
1	1	111	2024/17	1/24	Trabalhos especializados	03	020220	O				30 000	04/2024	12/2026	0	33 333	96 666
1	1	111	2024/17	2/24	Publicidade	03	020217	O				36 667	01/2024	12/2026	0	100 000	236 666
1	1	111	2024/19		Green Mobility Hubs (or Placemaking) and Accessibility of Cultural Heritage and Tourism Destinations												
1	1	111	2024/19	1/24	Trabalhos especializados	03	020220	O		28 804	233 050		04/2024	12/2027	0	118 153	261 857

Pág. 5/7

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2025

Euros

Obj	Prog	Número do projeto [2]		Designação do projeto [3]	Rubrica orçamental [4]	Forma de realiz. [5]	Fonte de Financiamento				Datas (Mês/Ano)	Fases de Exec.	Pagamentos					Total previsto [21] = [ND] + [13] + ... + [20]		
		Ano / Nº	Ação				RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]			Financiam. não definido [ND]	Períodos seguintes						
														2025 [15]	2026 [16]	2027 [17]	2028 [18]		2029 [19]	2030 e seg. [20]
Funções Gerais																				
Administração Geral																				
1	111				03	020214	O		1 112	9 001		04/2024	12/2027	0		3 371	3 371	3 371		10 113
1	111	2024/19	2/24		03	020213	O		1 980	16 020		04/2024	12/2027	0		6 000		12 000		18 000
1	111	2024/19	3/24		03		O		6 612	53 501		04/2024	12/2027	0		3 933	28 090	28 090		60 113
1	111	2024/19	4/24		03	070107	O													
1	111	2024/20		Piano Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar do Algarve																
1	111	2024/20	1	Bolsa de técnicos especializados de apoio ao aluno																
1	111	2024/20	1/124	Contratação de pessoal externo, em regime de tarefa ou avença	03	010107	O		600	900		10/2024	08/2027	0		500	500	500		1 500
1	111	2024/20	1/224	Contratação de pessoal externo	03	020220	O		1 007 744	1 511 615		10/2024	08/2027	0		933 096	933 096	653 167		2 519 359
1	111	2024/20	2/24	(Re)Construção de capital relacional na comunidade educativa	03	020220	O					10/2024	08/2027	0		95 667	95 667	66 967		258 301
1	111	2024/20	3/24	Co-Criação e disponibilização de recursos pedagógicos em ambiente digital	03	020220	O					10/2024	08/2027	0		55 132	55 132	38 592		148 656
1	111	2024/20	4/24	Promoção de competências pré-leitoras e leitoras	03	020220	O					10/2024	08/2027	0		77 778	77 778	54 444		210 000
1	111	2024/20	5/24	Promoção da qualidade das aprendizagens iniciais em matemática	03	020220	O					10/2024	08/2027	0		71 750	71 750	50 225		193 725
1	111	2024/20	6/24	Promoção de competências em computação e programação	03	020220	O					10/2024	08/2027	0		88 833	88 833	62 183		239 846
1	111	2024/20	7/24	Assessoria técnica PIPSE	03	020220	O					01/2024	12/2028	3	30 709	30 709	30 709		92 127	
1	111	2025/1		Desenvolvimento Social																
1	111	2025/1	1/25	Consultoria	03	020214	O					01/2025	12/2028	0		16 236	16 236	16 236		48 708
1	111	2025/2		AMAL - Digitalização e cibersegurança																
1	111	2025/2	1/25	Consultoria	03	020214	O					55 000	01/2025	12/2026	0		55 000			110 000
1	111	2025/2	2/25	Realização de seminários	03	020216	O					10 000	01/2025	12/2026	0		10 000			20 000
1	111	2025/2	3/25	Trabalhos especializados	03	020220	O					5 000	01/2025	12/2026	0		5 000			10 000
1	111	2025/2	4/25	Formação	03	020215	O					5 000	01/2025	12/2026	0		15 000			20 000
1	111	2025/2	5/25	Aquisição de equipamento de informática	03	070107	O					365 000	01/2025	12/2026	0		25 000			390 000
1	111	2025/2	6/25	Aquisição de software informático	03	070108	O					50 000	01/2025	12/2026	0		50 000			100 000
1	111	2025/3		SMOOTHY																
1	111	2025/3	1/25	Trabalhos especializados	03	020220	O		16 420	65 680		01/2025	12/2028	0		29 625	19 775	18 425	14 275	82 10
1	111	2025/3	2/25	Deslocações e estadas	03	020213	O		3 442	13 766		01/2025	12/2028	0		4 302	4 302	4 302	4 302	17 20
1	111	2025/4		Rural Silver Hubs																
1	111	2025/4	1/25	Consultoria	03	020214	O		11 365	34 097		01/2025	12/2027	0		22 731	18 185	4 546		45 46

[Handwritten signatures and initials]

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2025

Euros

Objetivo	Número do projeto [2]	Designação do projeto [3]	Rubrica orçamental [4]	Forma de realiz. [5]	Fonte de Financiamento				Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec. [12]	Realizado em períodos anteriores [13]	Estimativa de realização do per. t-1 [14]	Pagamentos					Total previsto [21] = [ND] + [13] + ... + [20]			
					RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]	Financiam. não definido [ND]	Início [10]				Fim [11]	2025 [15]	2026 [16]	2027 [17]	2028 [18]		2029 [19]	2030 e seg. [20]	
1																						
Funções Gerais																						
1	111																					
1	111	2025/4	2/25		O		2 457	7 371		01/2025	12/2027	0			3 931	3 931	1 966				9 828	
1	111	2025/5																				
1	111	2025/5	1/25		E				50 000	01/2025	12/2026	0				25 000					75 000	
1	111	2025/5	2/25		E				70 000	01/2025	12/2026	0				25 000					95 000	
1	111	2025/6																				
1	111	2025/6	1/25		O		29 960	44 940		01/2025	12/2027	0			22 470	29 960	22 470				74 900	
1	111	2025/7																				
1	111	2025/7	1/25		O				562 500	01/2025	12/2026	0				562 500					1 125 000	
1	111	2025/7	2/25		O				562 500	01/2025	12/2026	0				562 500					1 125 000	
1	111	2025/8																				
1	111	2025/8	1/25		O				420 000	01/2025	12/2026	0				630 000					1 050 000	
1	111	2025/8	2/25		O				420 000	01/2025	12/2026	0				630 000					1 050 000	
1	111	2025/9			O				250 000	01/2025	12/2025	0									250 000	
Totais do Programa 111:										1 634 676	3 019 292		138 589	121 738	16 847 303	15 755 962	10 399 331	8 867 386	697 940		57 566 509	
Totais do Objetivo 1:										0	1 634 676	3 019 292	0	4 738 260	121 738	16 847 303	15 755 962	10 399 331	8 867 386	697 940	0	57 566 509

ORGÃO EXECUTIVO

Em 15 de novembro de 2024

[Assinatura]

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 3 de dezembro de 2024

[Assinatura]